



COMISSÃO
DO MERCADO
DE CAPITALIS
REPÚBLICA DE ANGOLA

RELATÓRIO & CONTAS

2014



RELATÓRIO & CONTAS 2014

ÍNDICE

1. MENSAGEM DO PRESIDENTE DA CMC
2. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO E DOS MERCADOS FINANCEIROS
 - 2.1. Enquadramento Macroeconómico
 - 2.2. Mercados Financeiros Mundiais
3. O MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS DERIVADOS EM ANGOLA
 - 3.1. Regulação do Mercado
 - 3.1.1. Política Regulatória
 - 3.1.2. *Compliance*
 - 3.2. Supervisão do Mercado
 - 3.2.1. *A Supervisão dos Organismos de Investimento Colectivo*
 - 3.2.2. *Supervisão da Intermediação Financeira e das Estruturas do Mercado*
 - 3.3. Cooperação
 - 3.3.1. *Cooperação Local*
 - 3.3.2. *Cooperação Internacional*
 - 3.3.3. *Périplo por Países Africanos*
 - 3.3.4. *Integração da CMC na IOSCO*
 - 3.4. Promoção do Mercado
 - 3.4.1. *Desenvolvimento do Mercado*
 - 3.4.2. *Comunicação Institucional*
 - 3.4.3. *Academia do Mercado de Valores Mobiliários*
 - 3.4.4. *Estudos e Análises*
4. DEMOSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 - 4.1. *Enquadramento*
 - 4.2. *Demonstrações Financeiras de acordo com o Regime de Contabilidade Pública*
 - 4.3. *Demonstrações Financeiras de acordo com o Plano Geral de Contabilidade Empresarial (PGC)*
 - 4.4. *Aprovação das Demonstrações Financeiras*
5. CAPITAL HUMANO DA CMC

1. MENSAGEM DO PRESIDENTE DA CMC

É hoje possível dizer sem correr demasiados riscos que 2014 foi o último ano sem um Mercado de Valores Mobiliários em Angola. Isto é assim graças aos desenvolvimentos alcançados neste último exercício, de que este relatório dá conta.

Em Junho de 2014, a Comissão do Mercado de Capitais apresentou-se de uma forma massiva a todos os angolanos, através de uma campanha de comunicação e da modernização do seu website. A CMC procurou assim esclarecer perante todas as partes interessadas o seu papel de entidade responsável pela Regulação e Supervisão, mas também pela promoção do Mercado de Capitais em Angola.

No roteiro da implementação do Mercado de Capitais, definido na Estratégia 2012-2017, o ano de 2014 regista factos particularmente importantes, com destaque para os seguintes:

- A) A tomada de posse do Conselho de Administração da BODIVA, Sociedade Gestora dos Mercados Regulamentados, SA e a operacionalização da respectiva plataforma tecnológica de suporte à negociação;
- B) A aprovação pelo Conselho de Ministros do Código de Valores Mobiliários (que reforma a Lei de Valores Mobiliários) e das alterações à Lei das Instituições Financeiras;
- C) O arranque dos primeiros cursos ministrados no âmbito da Academia do Mercado de Valores Mobiliários, que iniciou a capacitação dos quadros necessários à BODIVA e aos agentes de intermediação;
- D) A admissão da CMC como membro associado da IOSCO/OICV (Organização Internacional das Comissões de Valores);
- E) A sessão inaugural do Mercado de Dívida Pública na BODIVA, ocorrida no dia 19 de Dezembro, porventura o facto mais marcante de 2014 para os Mercados de Valores Mobiliários em Angola.

A CMC prosseguiu também o seu programa de iniciativas destinadas a esclarecer junto dos mais diversos públicos a importância do Mercado de Capitais para o desenvolvimento



RELATÓRIO & CONTAS 2014

económico e a inclusão financeira dos angolanos. Nesse sentido, realizaram-se seminários destinados aos Deputados e Ministérios, assim como se continuou o esforço de formação e informação dos jornalistas para a cobertura noticiosa do sistema financeiro.

A CMC fez ainda uma segunda sessão com os Operadores e esteve presente na FILDA, além de ter realizado uma conferência internacional com o objectivo de posicionar a praça financeira angolana na agenda dos investidores institucionais.

No plano interno, a CMC conta hoje com uma estrutura próxima da que deverá vigorar com os mercados em funcionamento, tendo mantido o esforço de formação dos seus quadros. A publicação em 2014 do Manual de Cultura Organizacional procura sedimentar os valores da instituição, incentivando o mérito individual dos colaboradores como o principal recurso para tornar a organização mais forte, coesa e dinâmica, fazendo da CMC uma verdadeira escola de referência para os quadros e para o mercado.

Como se vê, ao longo do exercício de 2014 foi possível alcançar marcos importantes para o Mercado de Capitais em Angola, no domínio interno e externo da CMC. Mas é importante reconhecer que alguns factores exógenos acabaram por comprometer os calendários inicialmente previstos para o arranque dos diversos segmentos, designadamente do Mercado Especial de Dívida Pública.

Em conclusão, vale a pena lembrar que a existência de um mercado de capitais não é um fim em si mesmo: destina-se a dotar o nosso País de alternativas para financiar o seu desenvolvimento. À CMC cabe garantir que funcione em condições de eficiência e transparência. Estamos em crer que todas as partes interessadas irão beneficiar-se da sua existência, e pela sua actuação, ajudar a conferir ao mesmo a profundidade e a liquidez necessárias.

Estamos Juntos.

Archer Mangueira

2. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO E DOS MERCADOS FINANCEIROS

2.1. Enquadramento Macroeconómico

Produto

O ano de 2014, e especialmente os últimos três meses, foi marcado por um fortíssimo movimento de queda nos preços do barril de petróleo. Tomando como base o preço médio mensal, verificamos uma queda na ordem dos 45%, entre de Junho e Dezembro de 2014.

Em média, de 2012 a 2014, a economia mundial teve um crescimento anual da ordem de 3,3%, pouco, quando comparado ao 5,1% de crescimento médio verificado de 2003 a 2007. Olhando apenas para o exercício de 2014, estimativas do FMI apontam um crescimento de 3,3% da economia mundial, valor igual ao verificado no ano anterior.

A contribuir para o crescimento da economia mundial em 2014, esteve o crescimento dos Estados Unidos na ordem dos 2,6%, alicerçado pela melhoria dos índices de confiança dos empresários. Pelo contrário, na Zona Euro a recuperação manteve-se frágil, assombrada por uma inflação média perto de zero, e negativa em vários países membros. A economia da Zona Euro teve em 2014, e também segundo estimativas do FMI, um crescimento abaixo de 1%, após dois anos seguidos de recessão, em 2012 e 2013.

No final de 2014, as economias emergentes apresentaram resultados desanimadores, muito motivados pela queda no preço do barril de petróleo, pelos problemas estruturais, bem como, pelos conflitos políticos, não obstante continuarem a ser o principal contribuidor do crescimento mundial, com um crescimento na ordem dos 4% em 2014. Um aspecto de realce é a significativa disparidade nos respectivos desempenhos económicos. A economia Brasileira, que registou uma contração de **0,2%**, comparando com do primeiro semestre para o segundo semestre de 2014, a Russa que contraiu **0,1%**, a da Índia que registou um crescimento de **5,1%**, a da China que registou um crescimento de **7,3%** (em relação aos **7,8%** do ano de 2013) e o da África do Sul que cresceu **1,27%**.

RELATÓRIO & CONTAS 2014

A recente queda das matérias-primas energéticas, o abrandamento do investimento na China e a normalização da política monetária nos Estados Unidos, serão factores a considerar para explicar a evolução de economias como a brasileira - mais exposta ao mercado das matérias-primas -, chinesa e indiana – estas últimas, importadoras de petróleo e outras matérias primas.

	2013	2014	2015P
Mundo	3,3%	3,3%	3,5%
Economias Avançadas	1,3%	1,8%	2,4%
Estados Unidos da América	2,2%	2,4%	3,6%
Zona Euro	-0,5%	0,8%	1,2%
Economias Emergentes e em	4,7%	4,4%	4,3%
África Subsaariana	5,2%	4,8%	4,9%
Angola	6,8%	4,4%*	6,6%*

Fonte: IMF. WEO. Jan 2015

*Previsões do MINFIN

Inflação

O WEO (*update*) do FMI, de 20 de Janeiro de 2015, dá conta da manutenção da tendência de crescimento moderado da inflação no ano de 2014. A taxa de inflação registou um ligeiro aumento na generalidade das economias avançadas cifrando-se em 1,6% em termos médios. Nos Estados Unidos, a taxa inflação rondou os 1,5% em 2014, valor ainda distante da meta de médio prazo (1,9%). A inflação na Zona Euro ficou a níveis muito baixos (0,6%), mantendo assim a sua tendência de queda. Sob tais circunstâncias, a queda do preço do barril de petróleo acentua o risco de uma espiral de deflação e, diante disto, o Banco Central Europeu começou a desenvolver um programa de medidas não-convencionais de estímulo a economia, incluindo um programa de compra de títulos soberanos, à semelhança dos programas implementados pelos seus pares nos EUA, Reino Unido e Japão.

A nível das economias emergentes e em desenvolvimento, segundo o FMI, a taxa de inflação permaneceu em torno dos 6,0% no ano de 2014, perspectivando-se uma redução suave, em 2015, para 5,8%.

Comércio

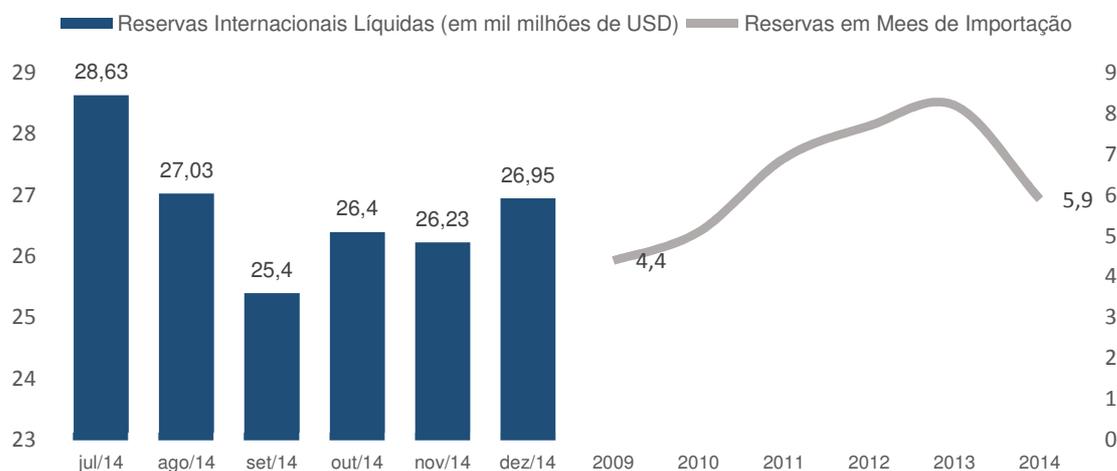
As últimas previsões do FMI assinalam uma taxa de crescimento do comércio internacional para o ano de 2014 na ordem dos 4,2%. Na base deste desempenho positivo estará a tendência de uma maior procura por importações nos países desenvolvidos e nas economias em desenvolvimento, pese embora o recuo do volume de importações da China e da Rússia. A Organização Mundial do Comércio (OMC) enumera como factores de risco para o crescimento do comércio internacional as alterações na política monetária dos Estados Unidos, a lenta recuperação da Zona Euro, a desaceleração prevista nas economias emergentes e as turbulências na América Latina e Caraíbas, Ásia e na Ucrânia.

Economia Nacional

A nível da economia angolana, o ambiente apresentou-se relativamente estável. O relatório de fundamentação do OGE 2015 (revisto) dá conta de que as estimativas recentes indicam para 2014 um crescimento de 4,4%, menos 2,4 pontos percentuais face a 2013, e menos 3,6 pontos percentuais quando comparado com as metas do PND 2013-2017 (8,0%), o que de alguma maneira compromete os objectivos de médio prazo da economia angolana. Estima-se que o sector petrolífero tenha registado uma taxa de crescimento negativa na ordem dos 3,5%, em consequência dos problemas operacionais restritivos da produção física em alguns blocos de produção, e que o sector não petrolífero tenha crescido 8,2%.

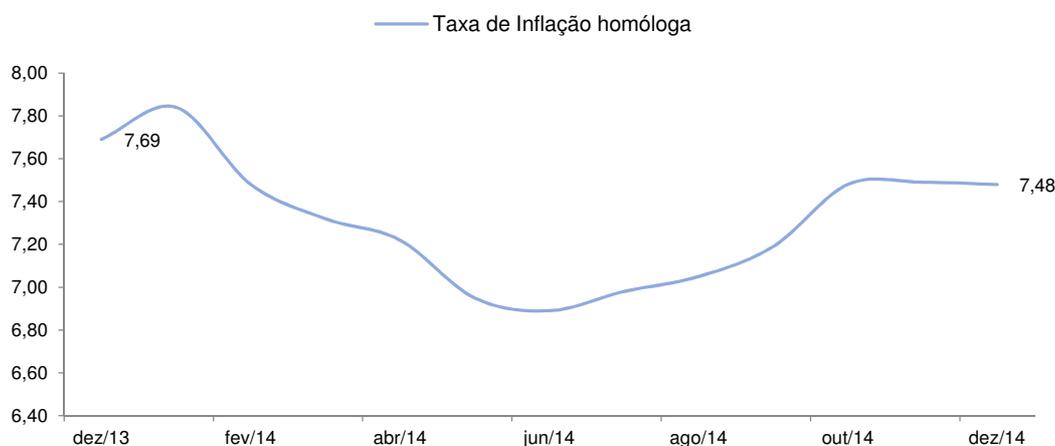
As reservas Internacionais Líquidas (RIL) situaram-se no final de 2014 nos **USD 26,95 mil milhões** (inferior em **USD 3,6 mil milhões** ao valor registado no final de 2013), o que corresponde a **5,9** meses de importações de bens e serviços, uma importante reversão da tendência de aumento verificada até o ano de 2013. Esta redução nos níveis de RIL é reflexo da redução significativa das receitas provenientes do sector petrolífero, provocada pela alteração significativa da abordagem de alguns países da OPEP relativamente ao nível ideia do preço do petróleo.

RELATÓRIO & CONTAS 2014



Fonte: Banco Nacional de Angola

A taxa de inflação em 2014 continuou com a tendência decrescente iniciada em 2011. Em termos homólogos fixou-se em 7,48% no final de Dezembro o que reflecte, em relação a 2013, uma redução de 0,21 pontos percentuais. Confirmando a tendência de ligeira subida desde o mês de Junho, altura em que este indicador exibiu o valor mais baixo de sempre (6,89%). A análise das classes do IPC mostra que a aceleração verificada no nível de preços foi provocada pela alta de preços da classe de vestuário e calçados (que aumentaram em média **1,23%**), Mobiliário, Equipamento Doméstico e Manutenção (**1,21%**), Hotéis, Cafés e Restaurantes (**1,14%**) e Bens e Serviços (**1,05%**).



Fonte: Instituto Nacional de Estatística

2.2 Mercados Financeiros Mundiais

Mercado de Dívida Pública

As variações que se deram no mercado da Dívida Pública em 2014 foram das principais consequências das decisões do BCE relacionadas com a redução das taxas de juros directoras, bem como, com o programa de compra de títulos, manifestadas pela diminuição das *yields* das obrigações soberanas na Zona Euro, em particular dos países periféricos. Em Portugal, as *yields* das Obrigações do Tesouro a 10 anos tiveram um comportamento de queda, fixando-se em torno dos **3,2%** em Dezembro, o que significou uma redução de 48 pontos percentuais em relação a Junho do mesmo ano. Movimento similar registaram as *yields* das obrigações comparáveis italianas e espanholas que baixaram para os 2,33% (-5,1 pontos de base em relação ao semestre anterior) e 2,14% (-52 pontos de base em relação ao semestre anterior), respectivamente.

Nos Estados Unidos, os *Treasuries* a 10 anos permaneceram com perspectiva de queda ao longo de 2014, embora com pequenas flutuações, e fixou-se em torno dos 2,17%. Por sua vez, os *Bunds* a 10 anos da Alemanha encerraram o ano abaixo dos 1,0%, recuando 60 pontos base relativamente ao final de Junho de 2014.

As *yields* das obrigações europeias a 10 anos foram pressionadas para níveis cada vez mais baixos, o que levou a uma maior procura pela obrigações norte-americanas com impacto nas *yields* das obrigações do Tesouro de prazos mais longos. As *yields* das obrigações a 10 anos da Alemanha, França, Espanha e Itália terminaram a uma distância média de 1,79% pontos percentuais abaixo das *yields* das obrigações americanos com a mesma maturidade.

Em Angola, para financiar o orçamento e com base no plano de endividamento do Estado, em 2014 o tesouro emitiu, através do BNA, Bilhetes e Obrigações do Tesouro num montante igual a **AOA 722,39 mil milhões**. As taxas de juros dos Bilhetes de Tesouro (BTs) tiveram um ligeiro aumento em relação ao período homólogo, nas maturidades de 91, 182 e 364 dias. As mesmas tiveram uma taxa média de **4,92%**, **5,54%** e **6,34%**, respectivamente, superior ao registado no final de 2013, em **2,8**, **2,52** e **1,72** pontos percentuais. Por sua vez, as taxas das Obrigações do Tesouro (OT) não experimentaram qualquer aumento em comparação ao ano de 2013..

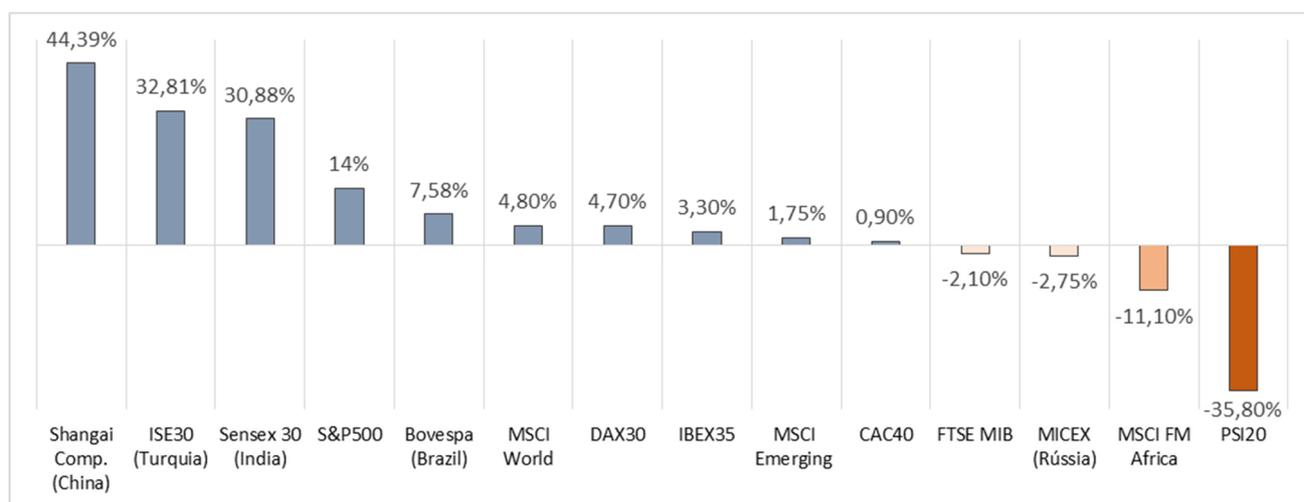
RELATÓRIO & CONTAS 2014

Mercado Accionista

Os mercados accionistas a nível mundial tiveram comportamentos divergentes, na medida em que reagiram de maneira diferente às variações que se deram na política monetária levada a cabo pelo BCE e pela FED. Nos Estados Unidos, o Índice S&P500 encerrou o ano de 2014 com uma valorização acumulada de 14,4%, após registar mais um máximo histórico nos 2090,57 pontos. A incerteza quanto ao rumo da política monetária da FED ficou espelhada na forte subida da volatilidade implícita nas opções sobre o índice S&P500, com o VIX a subir 46,70% para os 26,18 pontos.

O ano de 2014 foi positivo para o índice alemão (4,70%) embora com várias perdas ao longo do ano. O mercado espanhol acumulou ganhos anuais na ordem dos 3,30% enquanto a bolsa da Itália registou perdas de cerca de 2,1%. Por sua vez, os mercados emergentes perderam 4,3%, contra a média de 2,6% das congéneres desenvolvidas.

Comportamento dos Índices de Ações (ganhos e perdas anuais)



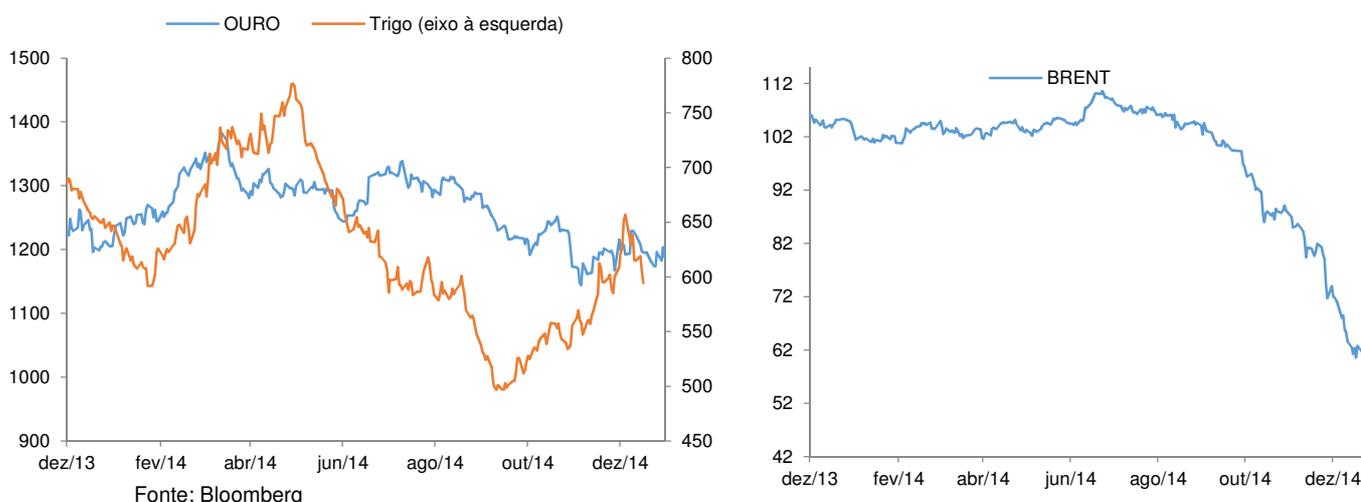
Fonte: Bloomberg

Mercado das *Commodities*

As elevadas flutuações nos preços das matérias-primas, influenciadas por diferentes factores, tais como: i) conflitos geopolíticos (Ucrânia e Médio oriente); ii) abrandamento do ritmo de crescimento das economias emergentes; iii) factores climáticos; v) aumento dos estímulos por parte do BCE, resultante de cortes das taxas de juro e vi) alteração estrutural do mercado do petróleo, marcaram significativamente o ano de 2014. Menos acentuada foi a queda das cotações dos metais industriais, com o impacto negativo da menor procura dos países emergentes contrabalançado com as melhores perspectivas para as economias avançadas, o que levou a uma queda de apenas 10,2%, quando comparado com a queda de X% registada nas matérias-primas energéticas.

As *commodities* apresentaram assim um comportamento adverso nas diferentes bolsas. No sector energético, o Brent seguiu uma trajectória decrescente, fixando-se, no final de Dezembro, na ordem dos 59,17 USD/barril contra os 108,93 USD/barril registados no primeiro semestre. Os preços do petróleo reagiram ao rápido crescimento na produção americana (os EUA ultrapassaram a Arábia Saudita e a Rússia para se tornar o maior produtor mundial em 2014, devido à exploração das reservas de xisto (lê-se do relatório US Energy Revolution). Contudo a história em outras *commodities* pode não ser tão clara. A queda dos preços das *commodities* industriais, tais como o cobre (-23% desde janeiro de 2014) e minério de ferro (-44%), pode reflectir as mudanças na oferta e na procura. Devido ao alcance dessas quedas e à importância dessas *commodities*, as alterações de preço terão implicações importantes para produtores e consumidores em todo o mundo.

Evolução do Ouro, Trigo e Brent (a 12 meses).



RELATÓRIO & CONTAS 2014

3. O MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS DERIVADOS EM ANGOLA

3.1 A REGULAÇÃO DO MERCADO

A existência de um mercado de valores mobiliários regular, eficiente, transparente e seguro para os seus intervenientes, pressupõe a existência de uma regulação eficaz, completa e acessível. Neste sentido, a CMC estabeleceu, no seu Plano de Acção para 2014, um conjunto de medidas que passaram pela contínua adequação do quadro normativo à estratégia definida para o mercado de valores mobiliários, elaborando um conjunto de diplomas legais e regulamentares necessários para o arranque e implementação do mercado de valores mobiliários, com especial destaque ao segmento da dívida pública titulada.

Em termos gerais, foram elaboradas normas legais que visam criar as bases operacionais para o lançamento do mercado regulamentado de dívida pública titulada, desde a criação do mercado e da respectiva sociedade gestora, registo dos seus membros, autorização, registo e actividade dos agentes de intermediação, bem como sobre a actividade dos organismos de investimento colectivo. Do ponto de vista regulamentar, além dos regulamentos sobre os diplomas acima referidos, elaborou-se o quadro regulamentar referente a oferta e registo centralizado de valores mobiliários, emitentes, prospectos e contrapartes centrais.

3.1.1. Política Regulatória

Atendendo ao acima descrito, a Política Regulatória da CMC esteve alicerçada em 2014 no seguinte conjunto de acções:

- ✓ Processo de Revisão da Lei n.º 12/05, de 23 de Setembro – Lei dos Valores Mobiliários:
 - Realizados comentários ao parecer do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos, sobre a Proposta de Código dos Valores Mobiliários;

RELATÓRIO & CONTAS 2014

- Realizados comentários ao parecer do GTAEE, sobre a Proposta de Código dos Valores Mobiliários;
 - Apreciação em Conselho de Ministros da Proposta do Código dos Valores Mobiliários;
 - Submetido à apreciação e aprovação na Assembleia Nacional.
- ✓ Processo de revisão da Lei 13/05, de 30 de Setembro – Lei das Instituições Financeiras.
- Realizados comentários ao parecer do BNA sobre as propostas da CMC;
 - Apresentação da Proposta de Lei das Instituições Financeiras no Conselho Técnico do MINFIN;
 - Participação na reunião do GTAEE, realizada no dia 11 de Abril, no sentido de apresentar a primeira versão da Proposta de Lei das Instituições Financeiras;
 - Apreciado pelo Conselho de Ministros;
 - Submetido à apreciação e aprovação na Assembleia Nacional.

No que à regulamentação do mercado de valores mobiliários diz respeito, foram realizadas seguintes actividades:

- ✓ Regulamento dos Peritos Avaliadores de Imóveis
- Condução técnica do processo de Consulta Pública;
 - Elaboração da versão final para publicação em Diário da República;
 - Publicação em Diário da República.
- ✓ Regulamento dos Mercados Regulamentados.
- Condução técnica do processo de Consulta Pública;
 - Elaboração do relatório final da Consulta Pública;
 - Elaboração de proposta final para publicação em Diário da República;
 - Publicação em Diário da República.



RELATÓRIO & CONTAS 2014

- ✓ Regulamento das Sociedades Gestoras dos Mercados Regulamentados:
 - Condução técnica do processo de Consulta Pública;
 - Elaboração do relatório final da Consulta Pública;
 - Elaboração de proposta final para publicação em Diário da República.
 - Publicação em Diário da República.

- ✓ Regulamento dos Organismos de Investimento Colectivo:
 - Conclusão da versão preliminar para Consulta Pública;
 - Condução técnica do processo de Consulta Pública;
 - Publicação em Diário da República.

- ✓ Regime Jurídico do Capital de Risco:
 - Conclusão da versão preliminar para Consulta Pública;
 - Condução técnica do processo de Consulta Pública;
 - Elaboração da proposta de Lei de Autorização Legislativa;
 - Apresentação da Proposta de Decreto Legislativo Presidencial no Conselho Técnico do MINFIN para posterior envio e análise em Conselho de Ministros.

- ✓ Regulamento dos Agentes de Intermediação e Serviços de Investimento:
 - Elaboração da versão preliminar;
 - Discussão interna sobre as opções técnicas;
 - Realização do processo de Consulta Pública;
 - Realização do processo Pós-consulta pública;
 - Preparação para envio à apreciação do Conselho Técnico do MINFIN antes da sua publicação.

RELATÓRIO & CONTAS 2014

- ✓ Regulamento dos Auditores:
 - Elaboração da versão preliminar;
 - Discussão interna sobre as opções técnicas;
 - Realização do processo de consulta pública;
 - Realização do processo Pós-consulta pública;
 - Preparação para envio à apreciação do Conselho Técnico do MINFIN antes da sua publicação.

- ✓ Regulamento dos Valores Mobiliários e Infraestruturas de Mercado:
 - Elaboração da versão preliminar;
 - Discussão interna sobre as opções técnicas;
 - Realização do processo de consulta pública;
 - Realização do processo Pós-consulta pública;
 - Preparação para envio à apreciação do Conselho Técnico do MINFIN antes da sua publicação.

- ✓ Regulamento Sobre os Prospectos:
 - Elaboração da versão preliminar;
 - Discussão interna sobre as opções técnicas;
 - Realização do processo de consulta pública;
 - Realização do processo Pós-consulta pública;
 - Preparação para envio à apreciação do Conselho Técnico do MINFIN antes da sua publicação.

- ✓ Regulamento sobre as Ofertas Públicas:
 - Elaboração da versão preliminar;
 - Discussão interna sobre as opções técnicas;
 - Realização do processo de consulta pública;
 - Realização do processo Pós-consulta pública;
 - Preparação para envio à apreciação do Conselho Técnico do MINFIN antes da sua publicação.

- ✓ Regulamento dos Emitentes/Sociedades Abertas:

RELATÓRIO & CONTAS 2014

- Elaboração da versão preliminar;
 - Discussão interna sobre as opções técnicas;
 - Realização do processo de consulta pública;
 - Realização do processo Pós-consulta pública;
 - Preparação para envio à apreciação do Conselho Técnico do MINFIN antes da sua publicação.
- ✓ Regime Jurídico sobre a Titularização:
- Elaboração da versão preliminar;
 - Discussão interna sobre as opções técnicas;
 - Realização do processo de consulta pública;
 - Realização do processo Pós-consulta pública;
 - Preparação para envio à apreciação do Conselho Técnico do MINFIN antes da sua publicação.
- ✓ Regulamento sobre os Repositórios de Transação:
- Elaboração da versão preliminar;
 - Discussão interna sobre as opções técnicas;
 - Realização do processo de consulta pública;
 - Realização do processo Pós-consulta pública;
 - Preparação para envio à apreciação do Conselho Técnico do MINFIN antes da sua publicação.
- ✓ Decreto Presidencial sobre a Emissão de Project Bonds;
- Elaboração da versão preliminar;
 - Discussão interna sobre as opções técnicas.
- ✓ Regulamento sobre as Contrapartes Centrais:
- Elaboração da versão preliminar;
 - Discussão interna sobre as opções técnicas;

RELATÓRIO & CONTAS 2014

- Realização do processo de consulta pública;
 - Realização do processo Pós-consulta pública;
 - Preparação para envio à apreciação do Conselho Técnico do MINFIN antes da sua publicação.
- ✓ Regulamento sobre Valores Mobiliários e Infraestruturas de Mercado:
- Elaboração da versão preliminar;
 - Discussão interna sobre as opções técnicas;
 - Realização do processo de consulta pública;
 - Realização do processo Pós-consulta pública;
 - Preparação para envio à apreciação do Conselho Técnico do MINFIN antes da sua publicação.

Para o domínio e institucionalização de um mercado de títulos da dívida pública, foi nomeado, por S. E. o Presidente da República, através do **Decreto Presidencial n.º 78/14, de 3 de Abril**, o Conselho de Administração da Bolsa de Dívida e Valores de Angola, BODIVA, tendo ocorrido em consequência deste acto, em Dezembro último, o acto inaugural do Mercado Secundário de Dívida Pública Titulada.

No que concerne à Política de Estabilidade e Regulação Macroeconómica, no âmbito das Políticas Nacionais de Desenvolvimento (PND), foram desenvolvidas acções atinentes à regulação do mercado de valores mobiliários, bem como, nos processos de revisão da Lei n.º 12/05, de 23 de Setembro – Lei dos Valores Mobiliários (que dará lugar ao Código dos Valores Mobiliários) e da Lei 13/05, de 30 de Setembro – Lei das Instituições Financeiras, no qual realçamos a apreciação e aprovação, destes dois instrumentos jurídicos, pelo Conselho de Ministros e posterior envio para apreciação e aprovação na Assembleia Nacional.

Adequação do Decreto Presidencial N.º 259/10, de 18 de Novembro A reforma, em curso, tem subjacente as práticas internacionais de desenvolvimento de mercados secundários de instrumentos financeiros organizados de forma justa, eficiente e transparente, das quais faz parte o estatuto dos operadores, bem como as funções do Emitente Estado, através do Tesouro, do BNA e da CMC. Nesta senda, ocorreram em 2014 reuniões de concertação d entre o MINFIN/UGD, o BNA e a CMC sobre a adequação do decreto n.º 259/10 que trata .



RELATÓRIO & CONTAS 2014

- ✓ Implementação da regulamentação do Decreto Executivo que regula o mercado primário de dívida pública

Deu-se início a elaboração e discussão da Proposta de Regulamento do Mercado Primário de Dívida Pública Directa Titulada, cujo objectivo é o de regulamentar o Decreto Presidencial N° 259/10 a alterar, estabelecendo as normas complementares necessárias à implementação das medidas relacionadas com a emissão especial de títulos de Dívida Pública. Ocorreram em 2014 diversas discussões sobre a adequação do referido decreto entre o MINFIN/UGD, o BNA e a CMC.

- ✓ Implementação da infraestrutura institucional

Foi constituída a Comissão Instaladora da Sociedade Gestora dos Mercados regulamentados, pelo Despacho Presidencial 43/13 de 3 de Maio, que com a intervenção de membros da CMC, que dela fizeram parte, esteve a trabalhar no sentido de delinear a espinha dorsal da futura sociedade; Identificação da arquitectura institucional e de negociação adequada à dinamização do mercado secundário.

Em linha com o acima exposto, foram analisadas peças como a proposta de estatuto social da BODIVA, as propostas de termos de referência do concurso público, que levaria a aquisição da plataforma tecnológica, gerida pela sociedade gestora do mercado regulamentado BODIVA. E assistiu-se ainda à nomeação, pelo Decreto Presidencial nº 78/14, de 3 de Abril, do Conselho de Administração da Bolsa de Dívida e Valores de Angola, BODIVA – SGMR, S.A.

- ✓ Normalização de plataformas electrónicas referentes ao Mercado de Dívida Corporativa

RELATÓRIO & CONTAS 2014

Definição dos requisitos e formalidades para a certificação das plataformas electrónicas de balcão.

- ✓ Enquadramento regulatório das emissões privadas e públicas.

Teve lugar a discussão interna sobre o pacote de regulamentos com o objectivo comum de nortear as emissões públicas de valores mobiliários permitindo, deste modo, criar uma plataforma de interação com os emitentes de valores mobiliários;

Foram elaboradas e efectuadas apresentações sobre os seguintes Projectos de Regulamentos em Consulta Pública: Regulamento dos Emitentes; Regulamento dos Prospectos; Regulamento das Ofertas de Valores Mobiliários.

No âmbito dos Workshops Internos da CMC foi elaborada e efectuada uma apresentação sobre “Obrigações Corporativas”, com o intuito de partilhar com os colaboradores da CMC os conceitos, processos de emissão, supervisão e quadro regulatório das emissões de Dívida Corporativa.

Foi criada também, uma plataforma de interação com os emitentes de valores mobiliários e lançado para consulta público o pacote de regulamentos por forma a sua melhor adequação e maior participação de todos os intervenientes no processo, o qual destacamos os seguintes: Regulamento dos Emitentes, Regulamento dos Prospectos e Regulamento das Ofertas de Valores Mobiliários.

A actividade de auditoria, externa e independente, de qualquer entidade emitente, agente de intermediação e demais intervenientes no mercado de valores mobiliários, revela-se imprescindível nas circunstâncias em que o mesmo se move. A informação de natureza económico-financeira exige o controlo e apreciação por parte de entidades idóneas, independentes e isentas. Deste modo, foi realizado o processo de consulta pública do projecto de regulamento para a actividade de auditoria no mercado de valores mobiliários; Foi indigitado pelo Exmo. Sr. Ministro das Finanças em 02/04/2014, o Administrador Executivo da CMC, Dr. Patrício Bicudo Vilar, para membro da Comissão Instaladora da Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola (OCPCA).

RELATÓRIO & CONTAS 2014

➤ Regulamentos e Código de Ética da Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas

Por outro lado, contribui-se para os projectos de Código de Ética e Regulamentos produzidos pela Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola (OCPCA), instituição de importância fulcral para a certificação dos profissionais que irão ser co-responsáveis pelo relato financeiro das empresas que se proponham a emitir obrigações ou acções nos mercados regulamentados.

✓ Regime Fiscal do Mercado de Valores Mobiliários

Foi elaborada a proposta de revisão do Regime Fiscal dos Valores Mobiliários, tendo sido incluídos os projectos de revisão e republicação do Código de Imposto sobre Aplicação de Capitais e do Código do Imposto de Selo, bem como dos mecanismos (isenções e reduções de carga fiscal) que configurem a neutralidade fiscal necessária à dinamização do mercado secundário.

Implantação, em fase de teste, do aplicativo de codificação de títulos, de acordo com a norma ISO 6166 da ANNA (Associação das Agencias Nacionais de Numeração), bem como, identificação do interface com a plataforma SIGMA, gerida pelo BNA;

Elaboração de um roteiro sobre a abertura do capital das empresas estratégicas em mercados regulamentados.

Foi submetido ao Departamento de Supervisão de Emitentes e Mercados um pacote contendo processos de Supervisão e Registo, por formas a dotá-lo de procedimentos modernos e adaptados ao contexto do mercado nas suas acções de supervisão e Registo, em que destacamos os seguintes temas apreciados:

- Processo de Registo de Oferta Pública.
- Processo de Planeamento de Acções de Supervisão de Emitentes.
- Processo de Registo de Auditores.
- Processo de Supervisão Contínua de Auditores.

RELATÓRIO & CONTAS 2014

Deu-se igualmente início a preparação do Programa Operacional de Preparação das Empresas Nacionais para o Mercado Accionista (POPEMA).

3.1.1. COMPLIANCE

As actividades de Compliance foram fundamentalmente marcadas pelo acompanhamento da produção regulamentar e de matérias relacionadas com a elaboração de pareceres sobre as mais diversas matérias referentes ao mercado de capitais, procedimentos internos, bem como, sobre o posicionamento da CMC, face às medidas de repressão e prevenção do crime de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo.

Nesta senda foram desenvolvidas pelo Gabinete de Compliance (GC), as seguintes tarefas:

- ✓ Elaboração de instrumentos de comunicação de Leis, Regulamentos e Instruções sobre o Combate ao Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo, nomeadamente, Declaração de Identificação de Pessoas Designadas (DIPD) e Declaração de Operações Suspeitas (DOS) em colaboração com o Departamento Jurídico, e Departamento de Políticas Regulatória e Normas da CMC;
- ✓ Havendo necessidade de se implementar regras de prevenção ao CBC/FT, o GC elaborou o Draft de Regulamento sobre matéria regulatória relativa às regras sobre *Costumer Due Diligence* (CDD);
- ✓ Elaboração do memorando e questionário sobre as matérias de CBC/FT, a constar do manual de procedimentos para supervisão de instituições financeiras não bancárias e estruturas de mercado;
- ✓ Atualização do Plano Estratégico Nacional de Combate ao Branqueamento de Capitais e Financiamento do terrorismo, em colaboração com a Unidade de Informação Financeira (UIF), e outras entidades de supervisão nacionais;
- ✓ Elaboração da Lista de Alertas Indicadores (Red Flags) de ocorrência de BCFT no mercado dos valores mobiliários;
- ✓ Elaboração do “Capítulo AML” constante do Manual de supervisão da CMC.



RELATÓRIO & CONTAS 2014

3.2 A SUPERVISÃO DO MERCADO

2014 foi um ano particularmente desafiante no domínio da supervisão do mercado de valores mobiliários e instrumentos derivados, pois foi um ano em que se procedeu o registo da BODIVA SGMR bem como de outras entidades que desempenham um papel fundamental no referido Mercado como corretoras, peritos avaliadores de imóveis e sociedades gestoras de organismos de investimento colectivo. Foram também desenvolvidas acções de supervisão prévia e directa ou *in situ* com resultados bastante encorajadores.

Estas actividades demonstram a importância da supervisão para a salvaguarda dos princípios norteadores do Mercado nomeadamente a segurança jurídica, a eficiência, a legítima confiança e a sã concorrência, desta forma a supervisão da Comissão do Mercado de Capitais continuará a desempenhar o seu papel como uma peça do fulcral da sustentabilidade do Mercado.

3.2.1. SUPERVISÃO DOS ORGANISMOS DE INVESTIMENTO COLECTIVO

- ✓ Na Vertente dos Processos de Autorização e Registo:
 - No âmbito dos processos de autorização e registo procedeu-se a autorização e registo de um conjunto de entidades, para que, de forma transparente e pautando-se por princípios de imparcialidade e independência, desenvolvam as suas actividades no segmento dos Organismos de Investimento Colectivo, nomeadamente:
 - Registo como Peritos Avaliadores de Imóveis (PAI):
 - Zenki Real State, Lda;
 - PISI- Propriedade, Investimento e Serviços Imobiliários Lda;
 - Arlington Lda;
 - CapSolution Lda; e
 - Soapro S.A.

RELATÓRIO & CONTAS 2014

- Autorização de Sociedades Gestoras de Organismos de Investimento Colectivo (SGOIC):

- BNI Asset Managment;
- BAI Gest;
- Ilha Angola Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Colectivo.

- ✓ Na Vertente da Supervisão:

- Realização de duas visitas prévias de supervisão para autorização e registo às seguintes sociedades:
 - Zenki Real State, Lda;
 - PISI- Propriedade, Investimento e Serviços Imobiliários Lda;
 - Arlington, Lda
 - Capsolution, Lda.
 - Soapro, SA
- Foi Realizada uma visita de supervisão à Sociedade Gestora Besaactif;

- ✓ Participação e contribuição na elaboração dos seguintes projectos:

- Plano de Contas para os OIC;
- Processo de Supervisão para as Entidades Depositárias
- Regulamento dos OIC;
- Regime Jurídico dos OIC de Capital de Risco;
- Manual de Supervisão.



RELATÓRIO & CONTAS 2014

- Manual de Procedimentos para autorização e registo dos Peritos Avaliadores de Imóveis de OIC, Entidades Certificadoras de Peritos Avaliadores de Imóveis, e Consultores e Analistas Financeiros.

3.2.2. SUPERVISÃO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA E ESTRUTURAS DE MERCADO

- ✓ Propor as bases técnicas para a elaboração das normas sobre supervisão de instituições financeiras;
- ✓ Estruturar o sistema de acompanhamento das instituições financeiras:
 - Plano de Contas
 - Conclusão do Plano;
 - Submissão do Plano à Consulta Pública.
 - Manual de supervisão
 - Os processos relativos a supervisão das IFNBs foram validados a nível técnico pelo DSIFEM;

RELATÓRIO & CONTAS 2014

- As ferramentas de trabalho foram já definidas á nível técnico.

✓ Licenciamento

- Autorização e registo de instituições financeiras
 - Análise e parecer de processos de autorização e registo, designadamente:
 - **Ilha Angola Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Colectivo**
 - **African Alliance Angola, Sociedade Corretora de Valores Mobiliários**
 - **BAIGEST**
 - **Savings Sociedade Distribuidora de Valores Mobiliários;**
 - **Alpha 1 Sociedade Distribuidora de Valores Mobiliários;**
 - **Alpha 1 Sociedade Corretora de Valores Mobiliários;**
 - **Africa Alliance Sociedade Corretora de Valores Mobiliários;**
 - **Madz Sociedade Corretora de Valores Mobiliários;**
 - **BFA (Sociedade Distribuidora de Valores Mobiliários);**
 - **Banco Millennium Angola (Sociedade Distribuidora de Valores Mobiliários);**
 - **Standard Bank (Sociedade Distribuidora de Valores Mobiliários);**
 - **Standard Chartered (Sociedade Distribuidora de Valores Mobiliários);**

✓ Acompanhamento

- Elaboração do programa anual de supervisão para 2014, aonde se enquadram as seguintes acções de supervisão presenciais:

RELATÓRIO & CONTAS 2014

- Visita prévia
 - Madz Global – SCVM, S.A;
 - África Brokers – SCVM, S.A;
 - Angola Capital Partners, LLC – Escritórios de Representação;
 - Africa Alliance – SCVM, S. A
 - Inspeção preliminar
 - Besaactif – SGOIC, S.A;

 - Angola Capital Partners- Escritórios de Representação;
 - Growth SCVM, S.A.

 - Supervisão prudencial indirecta
 - Análise periódica da informação remetida pelas instituições financeiras, designadamente:
 - Growth – Sociedade Corretora de Valores Mobiliários, SA.

 - Apresentadas as propostas de ferramentas de acompanhamento indirecto (incluindo indicadores e relatórios periódicos);

 - Elaborar relatórios de acompanhamento da actividade das instituições financeiras
- ✓ Estruturas de Mercado - Estruturação do sistema de acompanhamento

RELATÓRIO & CONTAS 2014

- Definição das metodologias de supervisão para SGMR;
- Definição das ferramentas de acompanhamento directo e indirecto das SGMR.

3.3. A COOPERAÇÃO

No ano de 2014 foram desenvolvidas, no domínio da Cooperação, inúmeras acções que visaram, sobretudo, promover e contribuir para o reforço da imagem Institucional da Comissão do Mercado de Capitais no país e no estrangeiro. Assim, especial destaque vai para a integração da CMC, como Membro Ordinário da INFE/OECD o que permitirá uma maior interacção com outras Autoridades e Organizações sobre matérias relativas a literacia e educação financeira dos investidores, bem como, a integração, em Novembro último, da CMC como Membro associado da IOSCO/OICV.

Nesta vereda foram igualmente efectuadas démarches para a finalização dos documentos essenciais para a candidatura da CMC como membro ordinário da IOSCO e a preparação de um conjunto de acções viradas para formação e sensibilização dos colaboradores da CMC e do mercado.



RELATÓRIO & CONTAS 2014

Destacamos a assinatura do Protocolos de Cooperação com as congéneres do Botswana, a NBFIRA e das Ilhas Maurícias, a Financial Services Commission (FSC), com o objectivo de partilha de informações sobre os mercados respectivos com vista a mitigação do risco e a prevenção de crimes transfronteiriços. A assinatura destes protocolos decorreram a margem da 39ª Conferência Anual da IOSCO, realizada na cidade do Rio de Janeiro, Brasil.

No domínio da cooperação institucional e visando o reforço da cooperação com as entidades nacionais que tenham, pela sua natureza, um papel activo a desempenhar, directa ou indirectamente, no arranque e pleno funcionamento do mercado de capitais em Angola, foi assinado o protocolo de cooperação entre a CMC e a Agência Angolana de Regulação e Supervisão de Seguros (ARSEG). Este protocolo visou, igualmente, o estreitamento de relações ao nível do intercâmbio de informações sobre matérias de regulação e supervisão.

O Departamento de Cooperação (DCO) desenvolveu no decurso do ano em referência, outras acções, que também visaram promover e contribuir para o reforço da imagem Institucional da Comissão do Mercado de Capitais e para a troca de experiências entre as diferentes entidades no país e no estrangeiro, que actuem no mercado de capitais. São elas:

3.3.1. Cooperação Local

O DCO manteve encontros de aproximação com instituições governamentais e associações públicas com o intuito de apresentar a estratégia de actuação da CMC e o processo de dinamização do mercado de valores mobiliários no nosso país, bem como, incentivar os parceiros locais na identificação de formas de cooperação em prol do desenvolvimento do mercado de capitais em Angola. Assim, foram realizadas as seguintes actividades:

- ✓ Encontro com o **Ministério das Relações Exteriores**, para a continuação do processo de cooperação com aquele Departamento Ministerial.

RELATÓRIO & CONTAS 2014

- ✓ Encontro com a **Unidade de Informação Financeira (UIF)** para a identificação e preparação de um plano de acção com vista a dinamização do instrumento jurídico rubricado em 2013.
- ✓ Encontro com a **Ordem dos Advogados de Angola (OAA)** para a identificação de objectivos de cooperação entre ambas as instituições.
- ✓ Contactos com a **Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas (OCPC)** com a finalidade de exploração de formas de cooperação e de aproximação com vista a participação da OCPC no desenvolvimento do mercado de valores mobiliários em Angola.
- ✓ Encontro com o **Ministério da Economia** para a identificação de sectores estruturantes da economia com finalidade de dinamização e estimulação de um quadro que promova o surgimento de esquemas de investimento colectivo.
- ✓ Encontro com o **Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos** para garantir a verificação notarial e de registo de pessoas singulares, colectivas e patrimónios autónomos, bem como a situação dos imóveis existentes nos patrimónios de fundos de investimento e instituições financeiras não bancárias ligadas ao mercado de capitais.
- ✓ Encontro com a **Procuradoria-Geral da República** para o exercício do controlo genérico da legalidade, para que a lei seja respeitada pelos organismos do Estado, e por todos os actores do mercado de valores mobiliários e instrumentos derivados.
- ✓ Continuidade com o processo de aproximação ao **Banco Nacional de Angola**, para assinatura do protocolo de cooperação com vista a definição dos limites de actuação para regulação e supervisão das instituições financeiras. Trata-se de uma parceria de grande importância, indispensável ao processo de adesão da CMC à IOSCO.
- ✓ Coordenação de acções que culminaram com a celebração do protocolo de cooperação entre a CMC e a **ARSEG**.
- ✓ Encontro com a **Associação Industrial de Angola (AIA)**, para a identificação de objectivos de cooperação entre ambas instituições que culminaram com a celebração do Acordo Bilateral de cooperação entre a **CMC** e a **AIA**; e
- ✓ Encontro com a **Embaixada do Reino Unido** acreditada em Angola, com a finalidade de conhecer a actividade laboral da CMC.

3.3.2. Cooperação Internacional

RELATÓRIO & CONTAS 2014

Na esfera internacional destacamos as seguintes acções e eventos:

- ✓ Participação no programa de familiarização e capacitação sobre o mercado de capitais, organizado pela FSB da África do Sul, com objectivo de aprimoramento de conhecimento sobre matérias de regulação e supervisão do mercado;
- ✓ Participação no programa de capacitação sobre a supervisão e *enforcement* no mercado de capitais, Organizado pelo Instituto da *Securities and Exchange Commission* (SEC) dos Estados Unidos da América, com objectivo de aprimoramento de conhecimento sobre matérias de regulação e supervisão do mercado;
- ✓ No âmbito da harmonização da legislação do mercado financeiro da sub-região da SADC, a CMC participou em diversas actividades realizados pelo CISNA como a 32^a e 33^a reuniões bianuais daquela instituição, reuniões do SPPRC, bem como os programas de familiarização;
- ✓ Participação de uma delegação da CMC na Assembleia Anual do Instituto Internacional de Educação de Investidores para obtenção de conhecimento sobre a estratégia de elaboração e implementação de educação de investidores.
- ✓ Participação de uma delegação da CMC na Conferência da Chatham House em Londres;
- ✓ Participação da delegação da CMC na reunião anual do Comité Regional para África e Médio Oriente da IOSCO (AMERC) em Livingstone – Zâmbia, com vista a aproximação aos Órgãos Sociais daquela Organização Internacional;
- ✓ Participação da CMC na cimeira da SEC (USA) para conhecimento da realidade americana no que concerne a matérias ligadas a educação dos investidores, literacia financeira, regulação e fiscalização do mercado de capitais;
- ✓ Participação da CMC na 32^a reunião bianual do CISNA na Tanzânia;
- ✓ Contactos permanentes com a SEC USA para a realização do programa de formação para os representantes das Autoridades Reguladoras do Mercado de Capitais da sub-região da SADC e outros países africanos em Luanda e realização de uma visita de trabalho à República Federativa da Nigéria para avaliar o nível de desenvolvimento

RELATÓRIO & CONTAS 2014

do mercado de capitais naquele país e colher experiências de implementação do mercado secundária na Nigéria. Realização de um périplo por alguns países africanos com o objectivo de avaliar a implementação do mercado de mercadorias e o desenvolvimento do mercado de valores mobiliários na Etiópia, Quênia, Tanzânia, Ilhas Maurícias e Zâmbia. Estas visitas permitiram aferir o grau de implementação de outros segmentos do mercado de valores mobiliários, suas infraestruturas, principais constrangimentos e erros ocorridos durante o processo de implementação. Nesta conformidade, foi discutida a possibilidade de assinatura de instrumentos jurídicos com as Autoridades de Regulação do mercado dos países acima referenciados, estando já preparado propostas de instrumentos para apreciação das contrapartes.

3.3.3. Integração da CMC na IOSCO

No que concerne aos pressupostos para integração à IOSCO, foi efectuada por uma delegação da CMC, uma visita à Secretária-Geral da IOSCO em Madrid, com o intuito de reforçamos o nosso compromisso de integração naquela organização.

Por outro lado, de 28 de Setembro a 02 de Outubro de 2014, a CMC participou na 39ª Conferência Anual da IOSCO, que decorreu na cidade do Rio de Janeiro, Brasil. Durante a conferência foi estabelecido um encontro com a representante do secretariado da IOSCO, Dra. Raluca Tircoci que facultou-nos informações sobre o processo de candidatura da CMC àquela organização. A delegação da CMC realizou ainda, um outro encontro com a delegação da Nigéria, chefiada pela Directora Geral da SEC – Nigéria, Drª. Arunma Oteh que assumia, igualmente as funções de Presidente da AMERC.

A margem da 39ª Conferência Anual da IOSCO, a delegação da CMC participou na reunião ordinária da AMERC como membro observador. Importa realçar que a participação naquele evento se insere na estratégia de aproximação da CMC com as diferentes estruturas da IOSCO.

É assim lícito inferir que todos os esforços realizados foram benéficos e surtiram efeito, culminando com admissão da CMC como Membro Associado da Organização Internacional



RELATÓRIO & CONTAS 2014

das Comissões de Valores (OICV/IOSCO). Realçamos o facto de que a instituição continuar a trabalhar em prol da finalização do processo de integração como Membro Ordinário da IOSCO.

3.4. A PROMOÇÃO DO MERCADO

A promoção do Mercado de Valores Mobiliários e Instrumentos Derivados constitui um dos pilares de actuação da Comissão do Mercado de Capitais, pelo facto de termos consciência de que um quadro regulatório robusto, uma infraestrutura institucional e tecnológica moderna e uma rigorosa capacidade de supervisão são condições necessárias, mas não suficientes, para termos um mercado de capitais dinâmico, profundo e líquido. O objectivo central deste pilar é assegurar que a sociedade angolana perceba melhor e participe neste segmento dos mercados financeiros, que surge como ferramenta adicional para o desenvolvimento da economia angolana.

De entre as várias acções desenvolvidas em 2014, neste domínio, destaca-se o lançamento da campanha de comunicação institucional e do novo *website* da CMC, acções que permitiram dar a conhecer a toda a sociedade o papel da CMC enquanto regulador, supervisor, fiscalizador e promotor do mercado. Outra parte importante deste pilar da CMC foram as diversas acções de formação e de literacia financeira promovidas junto de alguns dos principais *stakeholders*.

RELATÓRIO & CONTAS 2014

O arranque efectivo do mercado secundário de dívida pública e a avaliação multidisciplinar de projectos como o lançamento de uma Bolsa de Mercadorias e a utilização de *Projects Bonds* em Angola são outras acções que foram levadas a cabo em 2014 em prol deste desiderato.

3.4.1. Desenvolvimento do Mercado

No decurso de 2014, o Gabinete de Desenvolvimento de Mercado (GDM) desenvolveu iniciativas para dinamizar os segmentos a seguir identificados. Assim, sintetizamos, as principais actividades desenvolvidas na implementação dos dez projectos de desenvolvimento aprovados pelo Conselho de Administração da instituição, nomeadamente:

- ✓ **Mercado de Derivados** – Foi finalizado o processo de consulta pública sobre o Regulamento sobre os repositórios de transacções e o de Contraparte Central, restando apenas, verificar a possibilidade da participação de investidores não residentes;
- ✓ **OIC de Titularização** – Foram aprovadas as bases técnicas para a elaboração do regulamento para a titularização, que receberá o devido tratamento pelo Departamento de Política Regulatória e Normas (DPRN) da CMC. Paralelamente, foram criadas as bases para o regime fiscal de titularização que será aprofundado após a auscultação de alguns entes públicos;
- ✓ **BODIVA (Programa de Implementação do Segmento de Dívida Pública na BODIVA)** – Foi feito um acompanhamento da implementação e surgimento do

RELATÓRIO & CONTAS 2014

mercado regulamentado de dívida pública a três níveis: (1) operacional e regulamentar, (2) Relação com potenciais players e (3) Infraestruturas de mercado;

- ✓ **Papel comercial** – Este instrumento insere-se na estratégia de diversificação das fontes de financiamento, a curto prazo, das empresas. Auscultou-se os principais operadores do sistema financeiro. Finalizadas as bases técnicas para a regulamentação deste instrumento, aguarda-se pelo envio do projecto de regime jurídico para estágio de consulta pública;
- ✓ **Mercado de REPOS** – Foi estabelecido o contacto com a BODIVA no sentido de assegurar a possibilidade de negociação deste instrumento financeiro na sua plataforma. Por outro lado, deverá ser elaborado um *Master Agreement* que funcione como respaldo das transacções realizadas com este tipo de instrumento financeiro;
- ✓ **Project Bonds** – Importante para a utilização do mercado de capitais como meio de financiamento de infraestruturas. Enquadrou-se o instrumento ao ordenamento jurídico angolano. Paralelamente, auscultou-se os potenciais players no mercado. Assim, foi completado o primeiro *draft* do regime jurídico dos *Project Bonds*, com a elaboração das bases técnicas de suporte ao programa de implementação de *Project Bonds* e o respectivo regime jurídico;
- ✓ **Conta de Capitais** – Identificou-se um modelo aplicável à Angola e na sequência elaboraram-se as bases técnicas de suporte ao Aviso do BNA para a flexibilização da conta de capitais;
- ✓ **Mercado Secundário de Dívida Pública** – Foi elaborado um estudo sobre a fungibilidade dos títulos onde se identificou a necessidade de reestruturar o sistema de emissão de dívida como forma de dinamizar as transacções em mercado secundário e por esta via, favorecer a construção de uma curva de rendimentos que sirva de referência ao mercado;

RELATÓRIO & CONTAS 2014

- ✓ **Mercado de Futuros e de Mercadorias** – Foi realizado um périplo por Africa onde foram recolhidas experiências relevantes para a realidade nacional;
- ✓ **Mercado Alternativo de Acções** – Foi definida a estrutura do estudo para a compreensão deste segmento do mercado e a sua respectiva implementação em Angola.

3.4.2. *Comunicação*

No âmbito da estratégia de comunicação da Comissão do Mercado de Capitais foram realizadas, em 2014, as seguintes acções:

- IIº Encontro Anual de Quadros da CMC, que teve lugar em Janeiro de 2014, na província da Huila, sob o lema “Fazer Mercado de Valores Mobiliários”, onde, ao longo de três dias de reflexão e debate interno, os quadros da CMC percorreram detalhadamente todas as suas áreas de actuação, perspectivando as acções que irão permitir, a seu tempo, o surgimento das primeiras operações nos mercados.
- Activação da nova identidade corporativa da CMC, o lançamento do novo *website* institucional e o lançamento de uma Campanha de cariz Institucional de forma a garantir que todos os intervenientes do mercado conheçam o papel da CMC no Mercado de Capitais. Esta campanha foi altamente veiculada nos principais órgãos de comunicação social do país (Rádios, Televisões, Jornais e Websites), resultando em um aumento substancial de notícias sobre a CMC na imprensa, tendo sidoveiculadas um total de 290 notícias sobre a CMC ao longo do ano.
- Organização do Seminário para os Deputados da Assembleia Nacional, que serviu para partilhar com os Deputados o estado da arte do Mercado de Valores Mobiliários



RELATÓRIO & CONTAS 2014

e Instrumentos Derivados, bem como ilustrar os benefícios da implementação do referido mercado para a economia do país.

- 1ª Conferência Internacional da CMC com o objectivo maior de reunir contributos e aprofundar a reflexão sobre a Importância do Mercado de Capitais para as Economias Emergentes. O painel de oradores contou com diversos especialistas angolanos e com um convidado especial, o norte-americano Jim Rogers, autor de vasta obra no domínio da Economia e Finanças, ele próprio um investidor à escala global, tendo sido um dos iniciadores do Fundo Quantum.
- Realização do IIº Encontro com os Operadores, que contou com a participação de representantes dos principais players do sistema financeiro angolano, no qual se aportou fazer um ponto de situação sobre os mais recentes desenvolvimentos em torno do edifício regulatório do mercado, sobre as orientações estratégicas da Bolsa de Dívida e Valores de Angola (BODIVA), bem como a arquitectura tecnológica do sistema de negociação que será disponibilizado por esta última aos operadores do mercado.
- Participação da CMC na edição de 2014 da Feira Internacional de Luanda (FILDA 2014), que decorreu de 22 a 27 de Julho na cidade de Luanda.
- Divulgação da Estratégia da CMC para 2012-2017: com a inserção de artigos de opinião sobre a CMC na imprensa, assim como a participação de representantes da CMC em eventos do FMI e Banco Mundial.
- Preparação da participação da CMC na Conferência CIMLOP.

RELATÓRIO & CONTAS 2014

- Preparação da participação da CMC no Workshop Expansão - O Mercado de Capitais e a Banca.
- Realização de seminário sobre o Mercado de Valores Mobiliários para quadros do Ministério das Telecomunicações e Tecnologia da Informação e instituições sob tutela deste Ministério;
- Organização do Seminário para Profissionais da Comunicação Social;
- Participação da CMC na Missão empresarial da Câmara do Comércio Angola-Estados Unidos;
- Organização do Acto Inaugural do Mercado Secundário de Dívida Pública;
- Participação no processo de preparação das intervenções públicas dos membros do CA e suporte aos mesmos durante as suas interações com os media.

3.4.3. Academia do Mercado de valores Mobiliários

No início de 2014, a Academia do Mercado de Valores Mobiliários era parte integrante de uma estrutura que configurava o “*Gabinete de Literacia Financeira e Academia do Mercado de Valores Mobiliários*”. Assim, com a necessidade de se promover a formação específica e especializada relacionada com as matérias do mercado de valores mobiliários, procedeu-se ao seu desmembramento, surgindo deste modo, em meados do 2º trimestre, a Academia do Mercado de Valores Mobiliários, como unidade de estrutura da Comissão do Mercado de Capitais.

Nesta perspectiva, a Academia do Mercado de Valores Mobiliários (AMVM), desenvolveu iniciativas de disseminação de informação e formação de matérias relacionadas com o Mercado de Capitais, tendo em vista o desenvolvimento de actividades de natureza científica e pedagógica que contribuam para o crescimento equilibrado e sustentado do mercado financeiro.

O Plano de Acção da AMVM contemplava quatro categorias alinhadas com o Plano Estratégico da CMC para 2014, que passamos a enumerar:



RELATÓRIO & CONTAS 2014

- ✓ Formação Profissional
- ✓ Ensino
- ✓ Produção Editorial
- ✓ Investigação

Nesta conformidade, foram desenvolvidas pela AMVM as actividades listadas abaixo:

- ✓ Realização do curso sobre “Avaliação Imobiliária “ em parceria com a Universidade Católica de Angola (UCAN) para o seguinte público-alvo:
 - Peritos Avaliadores de Imóveis (registados ou não na CMC);
 - Sociedades Gestoras de Fundos de Investimento;
 - Sociedades Corretoras e Distribuidoras;
 - Bancos;
 - ASEAN e/ou Seguradoras e Fundos de Pensões;
 - Promotores Imobiliários;
 - Mediadores Imobiliários e Gestores de Património;
 - Ordem dos Arquitectos;
 - Engenheiros de Construção Civil;
 - ARSEG;
 - Outros em harmonia com o regime jurídico dos Organismos de Investimentos Colectivo (OIC).
- ✓ Realização do curso para “Técnicos de Negociação em Mercados Regulamentados” em parceria com a BODIVA e com a participação de formadores da OPEX;
- ✓ Assinatura de dois importantes protocolos de parceria para a promoção de formações de extensão universitária na temática do Mercado de Capitais, nomeadamente, com o CEJES (Centro de Estudos Jurídicos, Económicos e Sociais da Faculdade de Economia da Universidade Agostinho Neto) e com a ABS (Angola Business School).

RELATÓRIO & CONTAS 2014

- ✓ Realização de encontros com a APIMA – Associação dos Promotores Imobiliários e o INFORFIP.

3.4.4. Estudos e Análises

De modo a garantir a produção de informação de suporte à tomada de decisão do Conselho de Administração, bem como o apoio técnico aos vários departamentos que compõem a CMC, um conjunto de estudos económicos e financeiros foram elaborados com carácter analítico e aplicação empírica. Os métodos utilizados estão cientificamente consagrados e as matérias estudadas tiveram um carácter estrutural. Estes estudos pretenderam apoiar decisões de carácter estratégico.

Abaixo listamos os resultados obtidos no âmbito destes projectos:

- ✓ Estudo Diagnóstico do Mercado do Mercado de Capitais (versão preliminar - revisão)
- ✓ Estudo do Impacto da Nova Lei Cambial para o Sector Petrolífero sobre o Mercado Financeiro. (1º draft sem aplicação empírica)
- ✓ Elaboração da Metodologia de Análise do Impacto da Regulação, a segunda fase
- ✓ Estudos de Casos de Esquemas de Infracções baseados na experiência das congéneres
- ✓ Estudo de Casos de Políticas com Impacto Positivo nos Níveis de Financiamento das PME's através da emissão de acções
- ✓ Brainstorming sobre os riscos com potencial de afectar negativamente o mercado de capitais.



RELATÓRIO & CONTAS 2014

- ✓ Foi feita uma reflexão sobre as principais tendências do mercado imobiliário em Angola, o papel dos fundos de investimentos imobiliários e o estado das respectivas carteiras de aplicações. Dentre outros aspectos, destacamos a importância que a conta “Adiantamentos por Compras de Imóveis” tem na carteira dos fundos do BESAACTIVE e, em seguida, apontamos alguns desafios à supervisão dos fundos de investimentos imobiliários.
- ✓ Estudo sobre Modelos de Supervisão do Sistema Financeiro;
- ✓ Estudos sobre Gestão de Risco na ótica da autoridade do Mercado de Capitais

4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

4.1. ENQUADRAMENTO

A Comissão do Mercado de Capitais, designada abreviadamente por CMC, é uma pessoa colectiva de direito público, com património próprio e autonomia administrativa e financeira, sujeita à superintendência do Chefe do Poder Executivo e à tutela do Ministro das Finanças.

A CMC tem a sua sede no município de Belas, Talatona, Rua do MAT, Complexo Administrativo “Clássicos de Talatona”, em Luanda, com o número de identificação de entidade institucional 7 403 008 227, regendo-se pelo Decreto Presidencial n.º 54/13, de 6 de Junho, pela Lei n.º 11/13, de 7 de Setembro, de Bases do Sector Empresarial Público, pela Lei n.º 12/05, de 23 de Setembro, dos Valores Mobiliários, pela Lei n.º 13/05, de 30 de Setembro, das Instituições Financeiras e pelo seu Regulamento Interno.

Constituem atribuições da CMC a regulação, a supervisão, a fiscalização e a promoção do mercado de capitais e das actividades que envolvam todos os agentes que nele intervenham, directa ou indirectamente, tendo em vista a realização dos seguintes objectivos:

- a) Proteger os investidores;
- b) Assegurar a eficiência, o funcionamento regular e a transparência do mercado de capitais;
- c) Prevenir o risco sistémico.

RELATÓRIO & CONTAS 2014

Constituem receitas da CMC, as transferências do Orçamento Geral do Estado (OGE) e taxas, conforme o Decreto Executivo n.º 209/08, de 26 de Setembro e o artigo 33.º, do Decreto Presidencial n.º 54/13, de 6 de Junho.

No que respeita ao regime financeiro da CMC, o artigo 32.º do Decreto Presidencial n.º 54/13, de 6 de Junho, estabelece que:

1. O orçamento da CMC é elaborado e executado em obediência aos termos previstos para as Unidades Orçamentais;
2. A gestão financeira da CMC rege-se pelas regras relativas às Unidades Orçamentais e, em tudo o que não seja incompatível, pelo Decreto Presidencial n.º 54/13, de 06 de Junho, pelo regime jurídico aplicável às entidades pertencentes ao Sector Empresarial Público e, no omissis, pelo Regulamento Interno;
3. A gestão patrimonial e financeira da CMC rege-se segundo os princípios de direito privado;
4. O património inicial da CMC é constituído pelos bens do Estado afectos aos seus serviços;
5. Integram-se no património da CMC todos os bens e demais valores adquiridos;
6. A contabilidade da CMC é elaborada de acordo com o regime da contabilidade pública, sem prejuízo da possibilidade de elaboração de contabilidade segundo o Plano Geral de Contabilidade Empresarial.

Neste quadro, apresentam-se as demonstrações financeiras da CMC, de índole público e empresarial, nos termos do Decreto Presidencial n.º 54/13, de 6 de Junho, que aprova o Estatuto Orgânico da CMC.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ELABORADAS DE ACORDO COM O REGIME DE CONTABILIDADE PÚBLICA

4.2.1. Balanço Orçamental

O balanço orçamental, referente ao exercício de 2014, demonstra a receita e a despesa autorizada, em confronto com a realizada, evidenciando a diferença resultante deste comparação, conforme mapa seguinte:

RECEITAS	PREVISTA	REALIZADA	DIFERENÇA
Receitas Correntes	2.534.123.495	2.169.740.628	364.382.867
Transferências Correntes OGE	2.534.123.495	2.128.246.038	405.877.457
Receitas Consignadas	0	41.494.590	-41.494.590
Receitas de Capital	452.112.482	126.573.767	325.538.715
Transferências de Capital OGE	452.112.482	126.573.767	325.538.715
Deficit	0	139.099.153	-139.099.153
TOTAIS	2.986.235.977	2.435.413.549	550.822.428

DESPEAS	PREVISTA	REALIZADA	DIFERENÇA
---------	----------	-----------	-----------



COMISSÃO
DO MERCADO
DE CAPITAIS
REPÚBLICA DE ANGOLA

RELATÓRIO & CONTAS 2014

Despesas Correntes	2.534.123.495	2.147.170.495	386.953.000
Despesas com o Pessoal	979.677.276	947.361.048	32.316.228
Contribuições do Empregador	59.219.733	56.317.863	2.901.870
Bens	205.132.767	131.910.857	73.221.910
Serviços	1.290.093.719	1.011.580.727	278.512.992
Despesas de Capital	452.112.482	288.243.053	163.869.429
Aquisição de Bens de Capital Fixo	452.112.482	288.243.053	163.869.429
TOTAIS	2.986.235.977	2.435.413.549	550.822.428

RELATÓRIO & CONTAS 2014

4.2.2 Balanço Financeiro

O balanço financeiro apresenta a receita e a despesa orçamental, bem como os pagamentos e recebimentos de natureza extra-orçamental, conjugados com os saldos em espécie, provenientes do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte, conforme mapa seguinte:

RECEITAS	NOTAS	2014	2013
Orçamentais		2.296.314.395	1.837.749.297
Receitas Correntes	2.5.2	2.169.740.628	1.661.077.665
Transferências Correntes OGE		2.128.246.038	1.656.870.705
Receitas Consignadas		41.494.590	4.206.960
Receitas de Capital	2.5.2	126.573.767	176.671.632
Transferências de Capital		126.573.767	176.671.632
Obrigações em Circulação	2.5.7	161.669.287	7.115.719
Fornecedores de Bens e Serviços		161.669.287	7.115.719
Restos a Pagar Liquidados		117.136.163	7.115.719
Restos a Pagar não Liquidados		44.533.123	0
Disponibilidades - Exercício Anterior		1.541.858	0
Disponível em Moeda Nacional		1.541.858	0
Bancos Conta Movimento		1.541.858	0
TOTAIS		2.459.525.540	1.844.865.016



COMISSÃO
DO MERCADO
DE CAPITAIS
REPÚBLICA DE ANGOLA

RELATÓRIO & CONTAS 2014

DESPEAS	NOTAS	2014	2013
Orçamentais		2.435.413.549	1.843.323.158
Despesas Correntes	2.5.3	2.147.170.495	1.666.651.526
Despesas com o Pessoal		947.361.048	668.527.886
Contribuições do Empregador		56.317.863	41.878.799
Bens		131.910.857	98.665.175
Serviços		1.011.580.727	857.579.666
Despesas de Capital	2.5.3	288.243.053	176.671.632
Aquisição de Bens de Capital Fixo		288.243.053	176.671.632
Disponibilidades - Exercício Actual	2.5.8	24.111.992	1.541.858
Disponível em Moeda Nacional		24.111.992	1.541.858
Bancos Conta Movimento		22.111.992	1.541.858
Outras Contas (Caução)		2.000.000	0
TOTAIS		2.459.525.540	1.844.865.016

RELATÓRIO & CONTAS 2014

4.2.3 Balanço Patrimonial

O balanço patrimonial demonstra os activos e os passivos, evidenciando o património líquido da Instituição, em 31 de Dezembro de 2014, conforme mapa seguinte:

ACTIVO	NOTAS	2014	2013
Activo Circulante		37.882.988	50.133.734
Disponível	2.5.8	24.111.992	1.541.858
Disponível em Moeda Nacional		22.111.992	1.541.858
Outras contas (Caução)		2.000.000	0
Créditos em Circulação	2.5.9	13.770.996	48.591.875
Fundo Permanente		1.612	1.608.171
Instituições Centrais		11.766.184	3.675.704
Outros Créditos		2.003.200	43.308.000
Activo Permanente	2.5.4	577.312.062	362.866.535
Imobilizado		577.312.062	362.866.535
Bens Móveis e Imóveis		431.558.790	362.866.535
Bens Móveis		418.978.790	362.866.535
Bens Móveis em Curso		12.580.000	0
Activos Intangíveis		145.753.272	0
Sistemas Informáticos		12.153.902	0
Sistemas Informáticos em Curso		133.599.370	0
TOTAL DO ACTIVO		615.195.050	413.000.269



COMISSÃO
DO MERCADO
DE CAPITALIS
REPÚBLICA DE ANGOLA

RELATÓRIO & CONTAS 2014

PASSIVO	NOTAS	2014	2013
Passivo Circulante			
Obrigações em Circulação	2.5.7	161.669.287	7.115.719
Fornecedores de Bens e Serviços		161.669.287	7.115.719
Restos a Pagar Liquidados		117.136.163	7.079.494
Restos a Pagar não Liquidados		44.533.123	36.225
Outras Obrigações a Pagar	2.5.10	226.039.581	0
Outros Encargos		226.039.581	0
Património Líquido	2.5.11	227.486.182	405.884.550
Saldo Patrimonial		227.486.182	405.884.550
TOTAL DO PASSIVO		615.195.050	413.000.269

RELATÓRIO & CONTAS 2014

4.2.4. Demonstrações das Variações Patrimoniais

As demonstrações das variações patrimoniais evidenciam as mutações verificadas no património, bem como o apuramento do resultado do exercício, conforme mapa seguinte:

	NOTAS	2014	2013
Receitas Correntes	2.5.2	2.169.740.628	1.661.077.665
Receitas de Transferências Correntes		2.128.246.038	1.656.870.705
Receitas Consignadas		41.494.590	4.206.960
Receitas de Capital	2.5.2	126.573.767	176.671.632
Receita de Transferências de Capital		126.573.767	176.671.632
(+) Total das Receitas Orçamentais		2.296.314.395	1.837.749.297
Despesas Correntes	2.5.3	2.147.170.495	1.666.651.526
Despesas com o Pessoal		947.361.048	668.527.886
Contribuições do Empregador		56.317.863	41.878.799
Despesas em Bens		131.910.857	98.665.175
Despesas em Serviços		1.011.580.727	857.579.666
Despesas de Capital	2.5.3	288.243.053	176.671.632
Aquisição De Bens De Capital Fixo		288.243.053	176.671.632
(-) Total das Despesas Orçamentais		2.435.413.549	1.843.323.158
(=) Resultado Orçamental		-139.099.153	-5.573.861
(+) Mutações Patrimoniais Activas Orçamentais		288.243.053	176.671.632
Incorporações de Activos	2.5.3	288.243.053	176.671.632
Aquisições		288.243.053	176.671.632
Bens Móveis		139.328.170	176.671.632
Bens Intangíveis		148.914.884	176.671.632
(=) Resultado Orçamental Após Interferências / Mutações		149.143.900	171.097.771
(+) Mutações Patrimoniais Activas Extra Orçamentais		2.003.200	43.308.000
Incorporações de Activos	2.5.12	2.003.200	43.308.000
Incorporações de Direitos		2.003.200	43.308.000
(-) Mutações Patrimoniais Passivas Extra Orçamentais		299.837.107	42.082.719
Incorporações de Passivos Extra Orçamentais	2.5.13	226.039.581	0
Depreciações e Amortizações	2.5.13	73.797.526	42.082.719
(=) Resultado Patrimonial do Exercício		-148.690.007	172.323.052

RELATÓRIO & CONTAS 2014

4.2.5. Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Elaboradas de Acordo com o Regime de Contabilidade Pública

Introdução

As notas explicativas incluem informações adicionais detalhadas de natureza orçamental, financeira, patrimonial, administrativa, económica, legal e social, bem como indica os critérios utilizados na elaboração das demonstrações financeiras e as ocorrências subsequentes à data de sua elaboração.

Estas notas devem ser lidas em conjunto com o capítulo “Enquadramento” (Capítulo 1) do presente relatório, pelo facto da CMC apresentar em separado as demonstrações financeiras de índole público e de índole empresarial.

4.2.6. Bases de apresentação e principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras elaboradas de acordo com o regime de contabilidade pública foram preparadas com base nos registos contabilísticos mantidos pela instituição e de acordo com as normas e regras fundamentais estabelecidas no Regulamento do Sistema Contabilístico do Estado, aprovado pelo Decreto n.º 36/09, de 12 de Agosto.

As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo, em 31 de Dezembro de 2014, são, em tudo, comparáveis com as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2013. As demonstrações financeiras estão apresentadas em moeda nacional, o Kwanza (AOA).

Os componentes do património são avaliados em moeda corrente oficial e os expressos em moeda estrangeira são convertidos ao valor da moeda corrente oficial, à taxa de câmbio da data de avaliação.

O registo das operações contabilísticas patrimoniais, financeiras e orçamentais, sistematicamente integradas, efectuou-se pelo método das partidas dobradas, tendo por base o Plano de Contas do Estado, de forma a evidenciar a situação de bens, direitos, obrigações e património líquido, respeitado as características de fiabilidade, tempestividade, compreensibilidade e comparabilidade,

Os movimentos contabilísticos encontram-se registados no Sistema Integrado de Gestão Financeira do Estado (SIGFE).

Os critérios de reconhecimento e bases de valorimetria específicas são conforme segue:

a) Imobilizado

Os componentes do activo imobilizado são reconhecidos pelo custo de aquisição ou construção, reavaliado ou actualizado monetariamente, deduzido das respectivas depreciações e amortizações acumuladas.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, sendo as taxas de amortização aplicadas as que constam do Decreto Presidencial n.º 177/10, 13 de Agosto, com as seguintes vidas úteis estimadas:

- Equipamento de Transporte: 8 Anos;
- Equipamento Administrativo: 4 a 8 Anos;
- Equipamento Informático: 4 a 8 Anos;
- Mobiliário Social: 5 a 8 Anos;
- Mobiliário Diverso: 8 a 10 Anos;
- Outras Imobilizações Corpóreas: 4 a 8 Anos.

b) Créditos de Terceiros

Os créditos de terceiros, conhecidos ou calculáveis, são computados pelo valor actualizado à data da avaliação.

c) Disponível

As disponibilidades em moeda estrangeira devem ser convertidas ao valor da moeda oficial, à taxa de câmbio da data de avaliação, e às aplicações financeiras serem acrescidas aos rendimentos proporcionais auferidos até à data de avaliação.

d) Obrigações em Circulação

As obrigações e os encargos, conhecidos ou calculáveis, devem ser computados pelo valor actualizado à data da avaliação. As obrigações em moeda estrangeira devem ser convertidas ao valor da moeda corrente oficial, à taxa de câmbio da data de avaliação.

e) Passivos Contingentes

Quando aplicável, os passivos contingentes decorrentes de obrigações laborais, de segurança social, contratuais, operacionais, administrativas e judiciais, são provisionados pelo seu valor esperado de realização.

f) Receitas

RELATÓRIO & CONTAS 2014

Nos termos da Lei Quadro do OGE pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas.

g) Despesas

A despesa realizada corresponde à despesa cabimentada e liquidada ao longo do exercício com cobertura nas receitas correntes e de capital, bem como a despesa cabimentada e liquidada mas não paga e despesa cabimentada mas não liquidada que, após reconhecimento do Ministério das Finanças, será inscrita, respectivamente, em restos a pagar ou dívidas contratuais do exercício findo nos termos da legislação em vigor.

h) Especialização dos exercícios

As receitas e as despesas são incluídas no apuramento do resultado do período em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente do recebimento ou do pagamento.

4.2.7. Execução da receita

O Orçamento da CMC, aprovado pela Lei n.º 13/13, de 31 de Dezembro, da Assembleia Nacional, para o exercício económico de 2014, estimou uma receita de 2.986.235.977 AOA e fixou despesas de igual montante.

A receita realizada corresponde às quotas financeiras com ordens de saque homologadas e pagas pela Direcção Nacional do Tesouro no montante de 2.254.819.805 AOA, provenientes dos recursos ordinários do tesouro, assim como às receitas consignadas (41.494.590 AOA).

Nos termos do artigo 6.º, do Decreto Executivo n.º 209/08, de 26 de Setembro, as receitas provenientes da cobrança das taxas de registo e serviços de fiscalização são consignadas à CMC, devendo 10% destas ser destinadas à Conta Única do Tesouro Nacional.

Estas receitas provenientes de emolumentos e taxas diversas apresentam-se nas demonstrações financeiras como “Receitas Consignadas”, na medida em que foram efectivamente arrecadadas, não obstante o facto de não terem sido previstas aquando da elaboração do orçamento para 2014.

O “*deficit*” apurado refere-se ao confronto entre a despesa realizada (2.435.413.549 AOA) e a receita efectivamente arrecadada com ordens de saque homologadas e pagas (2.254.819.805 AOA) e com receitas consignadas (41.494.590 AOA).

O montante do “*deficit*” decorre, assim, da incorporação da receita prevista em restos a pagar (117.136.163 AOA) e dívidas contratuais (44.533.123 AOA) deduzido da variação dos saldos por utilizar relativamente às receitas consignadas em 31 de Dezembro de 2014 (24.111.992 AOA) e 31 de Dezembro de 2013 (1.541.858 AOA).

RELATÓRIO & CONTAS 2014

Ou seja, o “*deficit*” apurado não corresponde a despesa realizada sem cabimentação orçamental, mas sim a diferença relacionada com o critério de reconhecimento da receita, na medida em que, apesar de terem sido cabimentadas as despesas, o pagamento das mesmas não ocorreu à data de encerramento do exercício (não foi considerada como arrecadada a receita registada nas transferências do OGE).

4.2.8. Execução da Despesa

A despesa realizada corresponde à despesa cabimentada, liquidada e paga, bem como a despesa cabimentada mas não paga, ao longo do exercício, com cobertura nas receitas correntes e de capital.

As despesas correntes foram executadas em 84,73% e registaram um peso de 88,16% no total das despesas, sendo que 46,95% correspondem aos Bens e Serviços e 41,21% ao Pessoal.

As despesas de capital incorporam um peso de 11,84% e registaram uma execução de 63,75%, em relação ao previsto, sendo que 28% correspondem às despesas efectivamente pagas e 35,75% às despesas cabimentadas mas não pagas no montante de 161.669.287 AOA, com a seguinte estrutura:

- a) Restos a pagar liquidados: 117.136.163 AOA - Despesas relacionadas com aquisições de bens de capital, cabimentadas e liquidadas, mas não pagas à data de encerramento do exercício;
- b) Restos a pagar não liquidados: 44.533.123 AOA - Despesa relacionada com aquisição de bens de capital, cabimentada mas não liquidada à data de encerramento do exercício. Este montante será reconhecido como dívida contratual ao abrigo do Aviso do Gabinete do Ministro das Finanças, datado de 22 de Janeiro de 2015.



COMISSÃO
DO MERCADO
DE CAPITAIS
REPÚBLICA DE ANGOLA

RELATÓRIO & CONTAS 2014

4.2.9. Imobilizações

RUBRICAS	VALOR BRUTO	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	VALOR LIQUIDO
Imobilizações Corpóreas:			
Equipamento de Carga e Transporte	308.478.819	63.295.621	245.183.198
Equipamento Administrativo	26.987.946	16.650.330	10.337.616
Equipamento Informático	130.187.246	74.379.856	55.807.389
Mobiliário Diverso	122.885.978	38.560.958	84.325.020
Mobiliário Social	19.229.465	10.354.223	8.875.242
Outras Imobilizações	21.400.428	6.950.103	14.450.324
Em Curso	12.580.000	0	12.580.000
Subtotal	641.749.881	210.191.091	431.558.790
Imobilizações Incorpóreas:			
Software	15.315.514	3.161.611	12.153.902
Em Curso	133.599.370	0	133.599.370
Subtotal	148.914.884	3.161.611	145.753.272
TOTAL	790.664.765	213.352.703	577.312.062

RELATÓRIO & CONTAS 2014

4.2.10. Movimento das Imobilizações (Valores Brutos)

RUBRICAS	SALDO INICIAL	AUMENTOS	SALDO FINAL
Imobilizações Corpóreas:			
Equipamento de Carga e Transporte	264.736.119	43.742.700	308.478.819
Equipamento Administrativo	18.993.647	7.994.300	26.987.947
Equipamento Informático	86.422.711	43.764.534	130.187.245
Mobiliário Diverso	92.798.498	30.087.480	122.885.978
Mobiliário Social	19.229.465	0	19.229.465
Outras Imobilizações	20.241.272	1.159.156	21.400.428
Em Curso	0	12.580.000	12.580.000
Subtotal	502.421.712	139.328.170	641.749.882
Imobilizações Incorpóreas:			
Software	0	15.315.514	15.315.514
Em curso	0	133.599.370	0
Subtotal	0	148.914.884	148.914.884
TOTAL	502.421.712	288.243.053	790.664.765

Os aumentos do imobilizado estão reconhecidos na demonstração de variações patrimoniais como mutações patrimoniais activas orçamentais, na medida em que as mesmas decorrem de aquisições de bens.

RELATÓRIO & CONTAS 2014

4.2.11. Movimento das Amortizações do Imobilizado

RUBRICAS	SALDO INICIAL	REFORÇO	SALDO FINAL
Imobilizações corpóreas:			
Equipamento de Carga e Transporte	25.972.520	37.323.101	63.295.621
Equipamento Administrativo	14.785.627	1.864.704	16.650.331
Equipamento Informático	59.052.262	15.327.595	74.379.857
Mobiliário Diverso	20.615.892	1.845.678	22.461.570
Mobiliário Social	14.779.113	11.674.496	26.453.609
Outras Imobilizações	4.349.763	2.600.340	6.950.103
Subtotal	139.555.177	70.635.915	210.191.092
Imobilizações Incorpóreas:			
Software	0	3.161.611	3.161.611
Subtotal	0	3.161.611	3.161.611
TOTAL	139.555.177	73.797.526	213.352.703

4.2.12. Obrigações em Circulação

As obrigações em circulação referem-se a dívidas a fornecedores, decorrentes de despesa cabimentada e liquidada bem como despesa cabimentada e não liquidada.

4.2.13. Disponível

O “Disponível”, no montante de 24.111.992 AOA corresponde ao saldo da conta bancária na contabilidade, em moeda nacional, sendo que 22.111.992 AOA respeitam ao montante de depósitos à ordem no banco BAI e 2.000.000 AOA depositados, na mesma Instituição, como caução.

4.2.14. Créditos em Circulação

Os Créditos em Circulação, no montante de 13.770.996 AOA, são compostos por:

- Saldo do Fundo Permanente no montante de 1.612 AOA;
- Receita Consignada em processamento junto da Direcção Nacional do Tesouro no montante de 11.766.184 AOA;
- Receita Consignada em processo de cobrança junto das entidades supervisionadas 2.003.200 AOA.

RELATÓRIO & CONTAS 2014

4.2.15. Outras Obrigações a Pagar

As outras obrigações a pagar, no montante de 226.039.581 AOA, correspondem as responsabilidades assumidas pela CMC com fornecimentos de bens e serviços que, por falta de facturação atempada e quota financeira, não foram cabimentados os valores estimados em 2014.

4.2.16. Património Líquido

O Património Líquido, no montante de 227.486.182 AOA, inclui o resultado patrimonial do exercício no valor negativo no montante de 148.690.007 AOA e o saldo patrimonial inicial (de abertura) que ascende a 405.884.550 AOA.

4.2.17. Incorporações de Activos

A incorporação de activos refere-se à facturação de emolumentos e taxas diversos que, nos termos do artigo 6.º, do Decreto Executivo n.º 209/08, de 26 de Setembro, encontra-se em cobrança a 31 de Dezembro de 2014.

4.2.18. Mutações Patrimoniais Passivas Extra Orçamentais

4.2.18.1. Incorporações de Passivos Extra Orçamentais

As Incorporações de Passivos Extra Orçamentais referem-se aos encargos estimados do exercício de 2014, no montante de 226.039.583 AOA, que, por falta de recepção atempada da facturação e de quota financeira, não foram cabimentadas as respectivas despesas.

4.2.18.2. Relativas as Amortizações de Imobilizado

RUBRICAS	VALOR LIQUIDO
Imobilizações Corpóreas:	
Equipamento de Carga e Transporte	37.323.101
Equipamento Administrativo	1.864.704
Equipamento Informático	15.327.595
Mobiliário Diverso	1.845.678
Mobiliário Social	11.674.496
Outras Imobilizações	2.600.340
Subtotal	70.635.915
Imobilizações Incorpóreas:	
Software	3.161.611
Subtotal	3.161.611
TOTAL	73.797.526

RELATÓRIO & CONTAS 2014

4.3. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ELABORADAS DE ACORDO COM O PLANO GERAL DE CONTABILIDADE EMPRESARIAL (PGC)

4.3.1. BALANÇO A 31 DE DEZEMBRO DE 2014

DESIGNAÇÃO	NOTAS	EXERCÍCIO	
		2014	2013
ACTIVO			
Activo Não Corrente			
Imobilizações Corpóreas	4	431.558.790	362.866.535
Imobilizações Incorpóreas	5	145.753.272	0
Total do Activo Não Corrente		577.312.062	362.866.535
Activo Corrente			
Outras contas a receber	9	163.773.087	50.423.719
Disponibilidades	10	22.113.604	3.150.029
Outros Activos Correntes	11	17.679.483	41.052.553
Total do Activo Corrente		203.566.173	94.626.301
TOTAL DO ACTIVO		780.878.235	457.492.836
Capital Próprio e Passivo			
Capital Próprio			
Fundo Patrimonial	12	48.818.623	48.818.623
Resultados Transitados	14	1.776.109	-49.478.658
Resultados do Exercício		-237.056.733	51.254.767
Total do Capital Próprio		-186.462.001	50.594.732
Passivo Corrente			
Contas a Pagar	19	161.669.286	7.115.719
Outros Passivos Correntes	21	805.670.950	399.782.385
Total do Passivo Corrente		967.340.236	406.898.104
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		780.878.235	457.492.836

RELATÓRIO & CONTAS 2014

4.3.2. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS A 31 DE DEZEMBRO DE 2014

DESIGNAÇÃO	NOTAS	EXERCÍCIO	
		2014	2013
Outros Proveitos Operacionais	24	2.212.068.965	1.825.466.102
Custos com o Pessoal	28	1.117.208.903	804.649.083
Amortizações	29	73.797.525	42.082.719
Outros Custos e Perdas Operacionais	30	1.257.856.257	929.869.455
Resultados Operacionais		-236.793.720	48.864.844
Resultados Financeiros	31	-44.308	64.103
Resultados não Operacionais	32	-218.705	2.325.820
Resultados antes de Impostos		-237.056.733	51.254.767
Imposto sobre o rendimento		0	0
Resultados Líquidos das Actividades Correntes		-237.056.733	51.254.767
Resultados Extraordinários		0	0
Imposto sobre o Rendimento		0	0
Resultados Líquidos do Exercício		-237.056.733	51.254.767

RELATÓRIO & CONTAS 2014

4.3.3. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

4.3.3.1. Introdução

Estas notas devem ser lidas em conjunto com o capítulo de “Enquadramento” (Capítulo 1) do presente relatório. De salientar que a CMC apresenta em separado demonstrações financeiras elaboradas de acordo com o regime de contabilidade pública.

4.3.3.2. Políticas contabilísticas adoptadas na preparação das demonstrações financeiras

4.3.3.3. Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com o Plano Geral de Contabilidade (PCG) em vigor em Angola, a partir dos livros e registos contabilísticos da instituição e em obediência aos princípios contabilísticos, respeitando as características da relevância, da fiabilidade, da continuidade e do acréscimo.

As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo, em 31 de Dezembro de 2014, são, em tudo, comparáveis com as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2013. As demonstrações financeiras estão apresentadas em moeda nacional, o Kwanza (AOA).

As Notas constantes nas demonstrações financeiras foram numeradas de acordo com o PGC e, no caso da sua não aplicabilidade, as mesmas foram omitidas.

4.3.3.4. Bases de Valorimetria Adoptadas na Preparação das Demonstrações Financeiras

A base de valorimetria global adoptada foi a do custo histórico.

A CMC não dispõe nos seus activos e passivos monetários valores registados em moeda estrangeira e todas as transacções efectuadas em moeda estrangeira foram registadas em moeda nacional, ao câmbio do dia em que elas ocorreram. Não existem saldos indexados a moeda externa, sendo portanto todos os saldos denominados em Kwanzas.

4.3.3.4.1. Critérios de Reconhecimento e Bases de Valorimetria Específicas

Os critérios de reconhecimento e as bases de valorimetrias específicas, utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Imobilizações corpóreas

RELATÓRIO & CONTAS 2014

As Imobilizações Corpóreas compreendem as rubricas de Equipamento Administrativo, Equipamento Informático, Mobiliário Social, Mobiliário Diverso e Outras Imobilizações Corpóreas.

As imobilizações corpóreas são registadas ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, sendo as taxas de amortização aplicadas as que constam do Decreto Presidencial n.º 177/10, de 13 de Agosto, com as seguintes vidas úteis médias estimadas:

- Equipamento de Transporte: 8 Anos;
- Equipamento Administrativo: 4 a 8 Anos;
- Equipamento Informático: 4 a 8 Anos;
- Mobiliário Social: 5 a 8 Anos;
- Mobiliário Diverso: 8 a 10 Anos;
- Outras Imobilizações Corpóreas: 4 a 8 Anos.

b) Contas a receber

As contas a receber encontram-se valorizadas ao valor de realização.

c) Contas a pagar

As contas a pagar são valorizadas ao custo histórico das transacções. O valor desta rubrica está relacionado com operações normais decorrentes da actividade da Instituição, nomeadamente Fornecedores, Estado e outros Credores.

d) Especialização de exercícios

A instituição regista os seus proveitos e custos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os mesmos são reconhecidos à medida que são gerados ou incorridos, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes proveitos e custos são registados nas rubricas de outros activos ou passivos correntes, consoante aplicável.

e) Subsídios atribuídos para financiamento de imobilizações corpóreas e incorpóreas

As subvenções atribuídas à instituição, a fundo perdido, para financiamento de imobilizações corpóreas e incorpóreas (i.e. dotações orçamentais referentes a despesas de capital), são contabilizados em contas do balanço referentes a receitas a repartir por períodos futuros, na rubrica de outros passivos correntes e reconhecidos posteriormente como proveitos na demonstração de resultados de forma consistente com os custos relativos às amortizações das imobilizações corpóreas e incorpóreas subsidiadas.

RELATÓRIO & CONTAS 2014

f) Provisão para outros riscos e encargos

São constituídas provisões sempre que a instituição tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de acontecimentos passados referente a perdas previsíveis associadas a riscos de natureza específica e provável (contingências). A valorização é efectuada pela melhor estimativa da quantia que será necessária para liquidar a obrigação.

g) Erros fundamentais

Os efeitos em capitais próprios decorrentes de erros relativos a exercícios anteriores, considerados fundamentais, são registados por contrapartida de resultados transitados.

h) Impostos sobre os lucros

A Instituição não está sujeita a imposto industrial, sendo que 98,31% da sua receita resulta das dotações do OGE e 1,69% das receitas provenientes da comparticipação de emolumentos e taxas diversas.

4.3.4. Imobilizações Corpóreas

As imobilizações corpóreas a 31 de Dezembro de 2014 eram compostas da seguinte forma:

RUBRICAS	VALOR BRUTO	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	VALOR LIQUIDO
Imobilizações Corpóreas:			
Equipamento de Carga e Transporte	308.478.819	63.295.621	245.183.198
Equipamento Administrativo	26.987.946	16.650.330	10.337.616
Equipamento Informático	130.187.246	74.379.856	55.807.389
Mobiliário Diverso	122.885.978	38.560.958	84.325.020
Mobiliário Social	19.229.465	10.354.223	8.875.242
Outras Imobilizações	21.400.428	6.950.103	14.450.324
Em Curso	12.580.000	0	12.580.000
	641.749.882	210.191.092	431.558.790

RELATÓRIO & CONTAS 2014

Os movimentos ocorridos na rubrica de imobilizações corpóreas foram os seguintes:

Movimento das Imobilizações Corpóreas (Valores Brutos)

RUBRICAS	SALDO INICIAL	AUMENTOS	SALDO FINAL
Imobilizações Corpóreas:			
Equipamento de Carga e Transporte	264.736.119	43.742.700	308.478.819
Equipamento Administrativo	18.993.647	7.994.300	26.987.947
Equipamento Informático	86.422.711	43.764.534	130.187.245
Mobiliário Diverso	92.798.498	30.087.480	122.885.978
Mobiliário Social	19.229.465	0	19.229.465
Outras Imobilizações	20.241.272	1.159.156	21.400.428
Em Curso	0	12.580.000	12.580.000
	502.421.712	139.328.170	641.749.882

Movimento das Amortizações do Imobilizações Corpóreas

RUBRICAS	SALDO INICIAL	REFORÇO	SALDO FINAL
Imobilizações corpóreas:			
Equipamento de Carga e Transporte	25.972.520	37.323.101	63.295.621
Equipamento Administrativo	14.785.627	1.864.704	16.650.331
Equipamento Informático	59.052.262	15.327.595	74.379.857
Mobiliário Diverso	20.615.892	1.845.678	22.461.570
Mobiliário Social	14.779.113	11.674.496	26.453.609
Outras Imobilizações	4.349.763	2.600.340	6.950.103
	139.555.177	70.635.914	210.191.092

RELATÓRIO & CONTAS 2014

4.3.5. Imobilizações Incorpóreas

As imobilizações incorpóreas, em 31 de Dezembro de 2014, eram compostas da seguinte forma:

RUBRICAS	VALOR BRUTO	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	VALOR LIQUIDO
Imobilizações Incorpóreas:			
Software	15.315.514	3.161.611	12.153.902
Em Curso	133.599.370	0	133.599.370
	148.914.884	3.161.611	145.753.272

Os movimentos ocorridos na rubrica de imobilizações incorpóreas foram os seguintes:

Movimento das Imobilizações Incorpóreas (Valores Brutos)

RUBRICAS	SALDO INICIAL	AUMENTOS	SALDO FINAL
Imobilizações Incorpóreas:			
Software	0	15.315.514	15.315.514
Em curso	0	133.599.370	133.599.370
	0	148.914.884	148.914.884

O aumento registado nas imobilizações em curso, em 2014, refere-se à aquisição do sistema informático de supervisão e fiscalização e serviços conexos.

Movimento das Amortizações do Imobilizações Incorpóreas

RUBRICAS	SALDO INICIAL	REFORÇO	SALDO FINAL
Imobilizações Incorpóreas:			
Software	0	3.161.611	3.161.611
	0	3.161.611	3.161.611

4.3.6. Contas a Receber

As contas a receber em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 resumem-se da seguinte forma:

RUBRICAS	2014	2013
Restos a pagar liquidados	117.136.163	7.115.719
Restos a pagar não liquidados	44.533.123	0
Clientes	2.003.200	43.308.000
Saldos devedores de fornecedores	100.600	0
	163.773.087	50.423.719

Os "Restos a pagar liquidados" e "Restos a pagar não liquidados" têm a natureza descrita no ponto 2.5.3. Execução da Despesa do capítulo referente às Demonstrações Financeiras Públicas. Os "Clientes" referem-se às dívidas de algumas das entidades supervisionadas.

4.3.7. Disponibilidades

A rubrica de disponibilidades em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 era composta da seguinte forma:

RUBRICAS	2014	2013
Saldo do Fundo Permanente	1.612	1.608.171
Conta Receitas Próprias	22.111.992	1.541.858
	22.113.604	3.150.029

Nos termos do artigo 17.º do Decreto Presidencial 320/11, de 30 de Dezembro, bem como do despacho do Senhor Ministro das Finanças, a CMC dispõe de uma conta de depósito à ordem no Banco BAI, para pagamentos de despesas de pequeno montante que, pela sua importância e celeridade, necessitam de um modo expedito de pagamento.

A CMC dispõe, igualmente, de uma segunda conta no Banco BAI, autorizada pelo Senhor Ministro das Finanças, para gestão das receitas arrecadadas nos termos do Decreto do artigo 6.º do Decreto Executivo n.º 209/08, de 26 de Setembro.

RELATÓRIO & CONTAS 2014

4.3.8. Outros Activos Correntes

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a composição da rubrica de Outros Activos Correntes é a seguinte:

RUBRICAS	2014	2013
Instituições Centrais	11.766.184	3.675.704
Ministério das Finanças	11.766.184	3.675.704
Outros valores a receber	2.000.000	0
Receitas Próprias (Caução)	2.000.000	0
Proveitos a receber	3.913.299	37.376.850
Referente a despesa corrente incorrida	0	18.312.704
Seguros	737.787	17.131.965
Outros encargos diversos	3.175.512	1.932.181
	17.679.483	41.052.554

A rubrica “Ministério das Finanças” refere-se aos emolumentos e taxas diversas que se encontram em consignação no Ministério das Finanças.

4.3.9. Fundo Patrimonial

A 31 de Dezembro de 2014, a composição do Fundo Patrimonial é a seguinte:

RUBRICAS	SALDO INICIAL	SALDO FINAL
Fundo Patrimonial	48.818.623	48.818.623
	48.818.623	48.818.623

Esta rubrica reflecte o valor dos activos com que a tutela dotou a CMC no início da sua actividade, bem como aqueles adquiridos pela instituição antes da adopção da contabilidade patrimonial, elaborada de acordo com o PGC.

RELATÓRIO & CONTAS 2014

4.3.10. Resultados Transitados

Os movimentos ocorridos em Resultados Transitados durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2014 podem resumir-se conforme quadro seguinte:

RUBRICAS	SALDO INICIAL	AUMENTOS	SALDO FINAL
Saldo Inicial:	-36.882.442	0	-36.882.442
Movimentos no Período:	0	0	0
Transf. dos resultados do exercício anterior	-12.596.216	51.254.767	38.658.551
	-49.478.658	51.254.767	1.776.109

4.3.11. Contas a Pagar

A 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a composição da rubrica de Contas a Pagar é a seguinte:

RUBRICAS	2014	2013
Valor Bruto		
Restos a Pagar Liquidados	117.136.163	7.079.494
Restos a Pagar não Liquidados	44.533.123	0
Estado - Lei 7/97	0	36.225
	161.669.286	7.115.719

Em 31 de Dezembro de 2014, o saldo de contas a pagar refere-se aos valores inscritos em restos a pagar com base na legislação em vigor, conforme descrição do ponto 2.5.3. Execução da Despesa do capítulo referente às Demonstrações Financeiras Públicas.

RELATÓRIO & CONTAS 2014

4.3.12. Outros Passivos Correntes

Em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013, esta rubrica tinha a seguinte composição:

RUBRICAS	2014	2013
Subsídios ao Investimento	577.312.062	362.652.068
Encargos a pagar (Outros Encargos)	226.039.583	18.312.703
Estado	2.294.535	0
Fornecedores Saldos Credores	24.750	0
Proveitos a repartir por períodos futuros	0	17.131.965
Outras Regularizações	20	1.685.649
	805.670.950	399.782.385

A rubrica de Outros Passivos Correntes registou um aumento de aproximadamente 102% face ao período homólogo. Esta variação, no montante total de 405.888.565 AOA, é explicada, essencialmente, pelo incremento nas seguintes componentes:

- O acréscimo de encargos referentes ao exercício de 2014, no montante de 226.039.581 AOA, corresponde as responsabilidades assumidas pela CMC com fornecimentos de bens e serviços que, por falta de facturação atempada e quota financeira, não foram cabimentados os valores estimados em 2014.
- O Subsídio ao Investimento (conforme quadro de detalhe de movimentos abaixo) resulta do aumento significativo registado, no exercício, na classe de Imobilizações corpóreas e incorpóreas.

Movimentos de Subsídios ao Investimento

RUBRICAS	SALDO INICIAL	AUMENTOS	TRANSFERÊNCIA P/ RESULTADOS	SALDO FINAL
Subsídios ao Investimento Exercício Anterior	362.652.068	0	214.467	362.866.535

RELATÓRIO & CONTAS 2014

Subsídios ao Investimento Exercício Corrente	0	288.243.053	0	288.243.053
Proveitos Reconhecidos do Exercícios Correntes	0	0	-73.797.526	-73.797.526
	362.652.068	288.243.053	-73.583.059	577.312.062

4.3.13. Proveitos Operacionais

A rubrica de outros proveitos operacionais é detalhada como se segue:

RUBRICAS	2014	2013
Subsídios à Exploração (a)	2.129.991.170	1.773.320.028
Subsídios a Investimentos (b)	73.797.526	40.955.410
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais (c)	8.280.270	51.190.664
	2.212.068.965	1.825.466.102

(a) Corresponde às receitas correntes recebidas do OGE. As receitas apresentadas foram devidamente especializadas de acordo com o princípio contabilístico do acréscimo, pelo que diferem da receita apresentada em termos de execução orçamental;

(b) Corresponde à especialização contabilística das receitas de capital provenientes do OGE, cujo proveito é reconhecido de acordo com a política descrita no ponto 3.3.2.2.1 e) e na nota 3.3.21;

(c) Em 2014, a CMC procedeu à contabilização das receitas consignadas ao abrigo Decreto Executivo n.º 209/08, de 26 de Setembro.

4.3.14. Custos com Pessoal

Esta rubrica tem a seguinte composição:

RUBRICAS	2014	2013
Custos com Pessoal		
Remunerações	947.484.788	652.358.909
Encargos s/ Remunerações	56.317.863	57.325.322
Outras Despesas com Pessoal	113.406.251	94.964.853

RELATÓRIO & CONTAS 2014

	1.117.208.903	804.649.083
--	----------------------	--------------------

A CMC paga a todos os seus colaboradores a remuneração total, a qual integra a remuneração base e os subsídios devidos. Paga ainda os subsídios de férias e de natal, os quais correspondem a totalidade da remuneração base.

Para os colaboradores que ocupam postos de chefia, a instituição também paga o subsídio de representação e a remuneração em comissão de serviço. A CMC paga os subsídios de férias e de natal no respectivo ano a que reportam.

A variação ocorrida nos custos com o pessoal deveu-se ao aumento do número de colaboradores em 2014, de 79 colaboradores em 2013 para 99 em 2014, o que representou um crescimento anual efectivo de 20 colaboradores.

4.3.15. Amortizações do Exercício

Em 2014, as amortizações do imobilizado ascenderam ao montante total de 73.797.525 AOA, com a seguinte distribuição:

RUBRICAS	2014	2013
Imobilizações Corpóreas		
Equipamento de Carga e Transporte	37.323.101	20.569.427
Equipamento Administrativo	1.864.704	1.855.844
Equipamento Informático	15.327.595	8.107.182
Mobiliário Diverso	1.845.678	7.571.572
Mobiliário Social	11.674.496	1.836.613
Outras Imobilizações	2.600.340	2.142.081
	70.635.914	42.082.719

RUBRICAS	2014	2013
Imobilizações Incorpóreas:		
Software	3.161.611	0
	3.161.611	0

RELATÓRIO & CONTAS 2014

4.3.16. Outros Custos e Perdas Operacionais

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2014, foram registados custos operacionais no valor de 1.257.856.257 AOA, distribuídos pelos diversos itens de Fornecimentos e Serviços de Terceiros, tal como se detalha:

RUBRICAS	2014	2013
Fornecimentos e Serviços de Terceiros:		
Combustíveis	8.722.387	5.169.529
Material de Consumo Corrente Especializado	5.341.592	15.004.684
Outros Materiais de Consumo Corrente	8.581.233	0
Livros e Documentação Técnica	247.590	0
Outros Fornecimentos	240.682.459	172.792.978
Comunicação	58.586.389	38.233.521
Seguros	12.024.327	4.773.139
Rendas	32.864.506	108.789.925
Deslocações e Estadas	175.457.048	107.116.624
Conservação e Reparação	52.419.704	83.236.973
Limpeza, Higiene e Conforto	5.619.371	3.429.912
Trabalhos Executados no Exterior / Consultoria	456.046.300	241.725.283
Vigilância e Segurança	27.948.201	21.565.600
Outros Serviços	173.228.289	128.031.287
Despesas de Expediente	86.862	0
	1.257.856.257	929.869.454

RELATÓRIO & CONTAS 2014

4.3.17. Resultados Financeiros

A 31 de Dezembro de 2014 os Resultados financeiros apresentam a seguinte composição:

RUBRICAS	2014	2013
Serviços Bancários	-41.519	0
Outras Despesas	-2.789	64.103
	-44.308	64.103

4.3.18. Resultados não Operacionais

A 31 de Dezembro de 2014 os Resultados não operacionais apresentam a seguinte composição:

RUBRICAS	2014	2013
Correcções Relativas a Exercícios Anteriores	-214.467	2.325.820
Outros	-4.238	0
	-218.705	2.325.820

4.3.19. Contingências

A 31 de Dezembro de 2014, estão identificadas contingências, decorrentes de operações ocorridas em 2009 e 2010, conforme seguidamente se descreve:

- a) Em exercícios anteriores a CMC contratou serviços no valor de 43.253.083 AOA (montante ainda por validar), não relacionados com as atribuições da Instituição e que, de acordo com as regras de enquadramento orçamental vigentes, não podem agora ser liquidados com o orçamento corrente da Instituição;

RELATÓRIO & CONTAS 2014

- b) Em exercícios anteriores a CMC contratou serviços, cujo valor global ascenderia a cerca de 1 milhão de euros. Esses serviços nunca terão sido prestados, subsistindo dúvidas quanto à efectiva responsabilidade da CMC para com o referido fornecedor.

4.4. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração, em sessão realizada a 20 de Março de 2015, pelo que são assinadas pelos seus membros.

Luanda, 20 de Março de 2015

Augusto Archer de Sousa Manguiera
(Presidente do Conselho de Administração)

Mário Edson Gourgel Gavião
(Administrador Executivo)

Mário Eglicénio Baptista Ferreira do Nascimento
(Administrador Executivo)

Patrício Bicudo Vilar
(Administrador Executivo)

Vera Esperança dos Santos Daves
(Administradora Executiva)

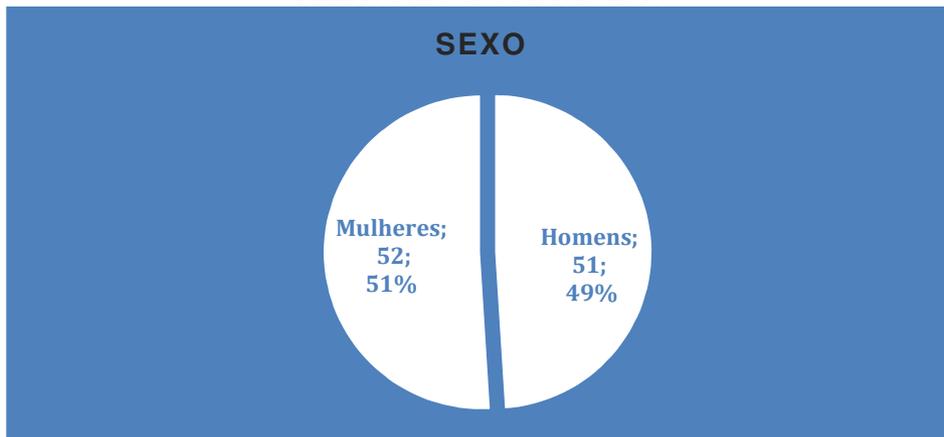
RELATÓRIO & CONTAS 2014

5. CAPITAL HUMANO DA CMC

No que diz respeito ao quadro de pessoal, excluindo os Membros do Conselho de Administração, a CMC terminou o ano de 2014 com um total de 103 (cento e três) colaboradores, sendo 51 do sexo masculino e 52 do sexo feminino. Destes, 98 estão em exercício de funções, 3 em serviço na BODIVA, 1 em comissão de serviço no Ministério das Finanças e 1 em licença laboral.



RELATÓRIO & CONTAS 2014



No que concerne a habilitações literárias, a CMC conta no quadro pessoal com 87 técnicos superiores, 14 técnicos médios e 2 técnicos de base.

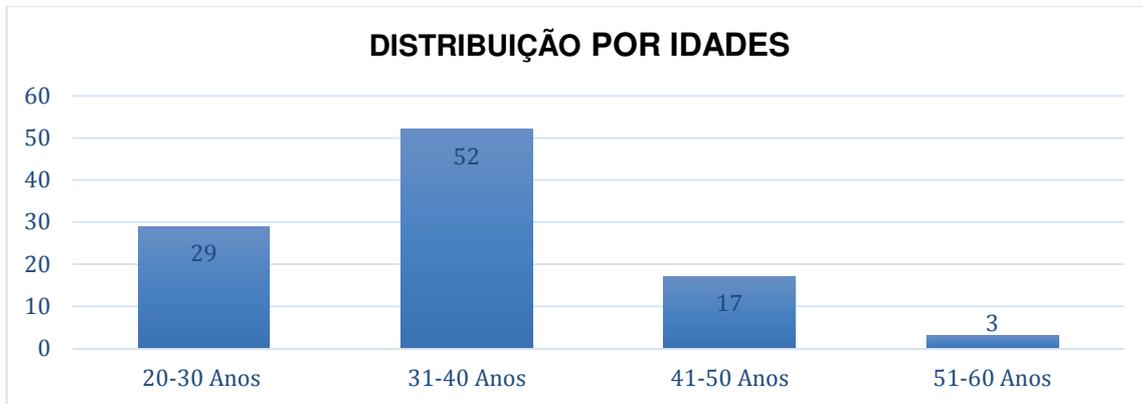


A média de idade da CMC é de 35 anos, não estando prevista para o efeito qualquer passagem de colaboradores à reforma, por motivos de idade.



COMISSÃO
DO MERCADO
DE CAPITALIS
REPÚBLICA DE ANGOLA

RELATÓRIO & CONTAS 2014



Relativamente a experiência profissional dos colaboradores da CMC, registamos os dados seguintes:



Recrutamento e Selecção

No que concerne a obtenção de recursos humanos visando o reforço das competências existentes e o cumprimento da missão da CMC a luz do Plano Estratégico e da nova estrutura orgânica, foi aprovado pelo Conselho de Administração, o Plano de Recrutamento para o ano de 2014, que contemplava um total de 22 novos colaboradores. Entretanto, dadas as necessidades apresentadas pelas diversas áreas, registou-se durante o período em referência, um total de 25 contratações.

Formação e Desenvolvimento

No que respeita a formação e o desenvolvimento do capital humano da CMC, foi aprovado na generalidade um Plano de Formação que contemplava inicialmente 79 acções de formação, das quais 30 mereceram a aprovação final.

Deste número foram efectivadas 22 acções, representando um grau de execução na ordem de 73%, sendo 15 realizadas em Angola e 7 no exterior do país, nomeadamente, Portugal, Itália, Emiratos Árabes Unidos, Reino Unido e África do Sul.

As restrições orçamentais, verificadas ao longo do II.º semestre de 2014, estiveram na base da não realização das demais acções, uma vez que todas elas implicavam deslocações de colaboradores e/ou formadores, o que de certa forma inviabilizou a sua efectivação.

Estágios Profissionais

Os estágios profissionais visam a troca de experiências e o reforço de conhecimentos e competências nas mais variadas temáticas ligadas ao funcionamento do mercado de valores mobiliários, em entidades congêneres e especializadas, com realce para os domínios de regulação e supervisão.

Assim, destacamos a participação de dois colaboradores no estágio profissional sobre os instrumentos, sistemas e funcionamento do mercado de valores mobiliários que decorreu na Nigéria, bem como, o programa de estágio em Direito de valores mobiliários, que decorreu em Portugal que contou com a participação de um técnico do Departamento de Política Regulatória e Normas.

Workshops “Descascar CMC”

A CMC confere especial atenção no desenvolvimento pessoal e profissional do seu capital humano conferindo-lhe as competências necessárias para o desempenho eficaz das várias



RELATÓRIO & CONTAS 2014

funções e disseminação dos conhecimentos, visando tornar-se, a médio prazo, numa escola de referência do mercado e da sociedade.

Nesta conformidade, foram realizados internamente 15 *workshops*, no âmbito do programa Descascar CMC.

Pelo acima exposto, realçamos que, no concernente às acções de formação, durante o período em referência registamos um total de 1.769 horas de formação, perfazendo uma média de 17 horas por colaborador.

ACRÓNIMOS

AGMVM – Auditoria Geral do Mercado de Valores Mobiliários (Cabo-Verde)

AMERC – Comité Regional para África e Médio Oriente da OICV

AMERC - Africa Middle East Regional Committee (IOSCO)

ANNA – Associação das Agências Nacionais de Numeração

ARSEG – Agência Angolana de Regulação e Supervisão de Seguros

BNA – Banco Nacional de Angola

BODIVA – Bolsa de Dívida e Valores de Angola

CISNA – Committee of Insurance, Securities and Non-Banking Financial Authorities

CMA - Capital Markets Authority (Quénia)

CMC – Comissão do Mercado de Capitais

CMVM – Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (Portugal)

CVM – Comissão de Valores Mobiliários (Brasil)

ECEA - Ethiopian Commodity Exchange Authority (Etiópia)

ESMA - European Securities Markets Authority (UE)

RELATÓRIO & CONTAS 2014

FSB - Financial Services Board (África do Sul)

FSC - Financial Services Commission (Ilhas Maurícias)

IFNB – Instituições Financeiras Não Bancárias

IOSCO - International Organization of Securities Commissions

NAMFISA - Namibia Financial Institutions Supervisory Authority (Namibia)

NBFIRA - Non- Banking Financial Institutions and Regulatory Authority (Botswana)

SPPRC – Strategic Planning and Performance Review Committee (CISNA)